

PLANO
PLURIANUAL
2012 - 2015



MENSAGEM DO GOVERNO
O TRABALHO É A NOSSA HISTÓRIA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR

Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

Gabinete do Governador	Ivo Ferreira Gomes
Gabinete Vice-Governador	Irapuan Diniz de Aguiar Filho
Casa Civil	Arialdo de Mello Pinho
Casa Militar	Joel Costa Brasil
Procuradoria-Geral do Estado	Fernando Antonio Costa de Oliveira
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico	Ivan Rodrigues Bezerra
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares Lima
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente	Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	João Alves de Melo
Defensoria Pública Geral	Francilene Gomes de Brito Bessa
Secretaria das Cidades	Camilo Sobreira de Santana
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	René Teixeira Barreira
Secretaria Especial da Copa	Ferruccio Petri Feitosa
Secretaria da Cultura	Francisco José Pinheiro
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	José Nelson Martins de Sousa
Secretaria da Educação	Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
Secretaria do Esporte	Esmerino Oliveira Arruda Coelho Júnior
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Infraestrutura	Francisco Adail de Carvalho Fontenele
Secretaria da Justiça e Cidadania	Mariana Lobo Botelho Albuquerque
Secretaria da Pesca e Aquicultura	Flavio Bezerra da Silva
Secretaria do Planejamento e Gestão	Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Secretaria dos Recursos Hídricos	Cesar Augusto Pinheiro
Secretaria da Saúde	Raimundo José Arruda Bastos
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Francisco José Bezerra Rodrigues
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Evandro Sá Barreto Leitão
Secretaria do Turismo	Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Plano Plurianual 2012 - 2015

Mensagem do Governo

Fortaleza, 2011



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

Secretário	Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Secretário Adjunto	Philippe Theophilo Nottinham
Secretário Executivo	Marcos Antônio Brasil
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Marcelo Jorge Borges Pinheiro
Assessoria Jurídica	Adriano Campos Costa
	Heloyza Helena de Meneses Freire Rocha
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Fátima Coelho Benevides Falcão
	Marcos Medeiros Vasconcelos
	Naiana Corrêa Lima
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Mario Fracalossi Júnior
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Andréa Guimarães Cerqueira dos Santos
	Cláudia Coelho Ramalho Teixeira
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Sérgio Lage Rocha
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Maria Lúcia Rabelo de Andrade
Coordenadoria de Gestão de Compras	Carmen Sílvia de Castro Cavalcante
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	Diarley Maia Sousa Almeida
Coordenadoria de Estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação	Lícia Maria Viana Bezerra
Coordenadoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	João Alcides de Oliveira Guerra
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Lucia Maria Facundo
Programa de Ação Integrada para o Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Unidade de Gerenciamento de Projeto	Ticiane da Mota Gentil Parente
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	Fernando Antônio de Carvalho Gomes
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Filomena Maria lobo Neiva Santos
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	Lúcia Rocha Lima Montenegro



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

EQUIPE TÉCNICA

Supervisão

Fátima Coelho Benevides Falcão
Marcos Medeiros de Vasconcelos
Naiana Corrêa Lima

Coordenação Técnica

Ana Lúcia Lima Gadelha

Elaboração

Equipe Seplag

Ana Lúcia Lima Gadelha
Annuzia Pontes Moreira Gosson
Antenor Barbosa Filho
Arnaldo Araújo Lima
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Eliane Barbosa Hissa
Fátima Coelho Benevides Falcão
Francisco Ailson Alves Severo Filho
George Kilmer Chaves Craveiro
José Wagner A. Fernandes
Karine Machado Campos Fontenele
Marcelo Correia Lima
Marcos Medeiros de Vasconcelos
Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha
Maria Carmelita Sampaio Colares
Maria Cristiane Maia Caxilé
Maria Eloísa Bezerra da Rocha
Maria Neuman Ribeiro Moreira
Marta Maria Rebouças de Albuquerque
Mércia Maria de Melo Ponte Lima
Naiana Corrêa Lima
Nelson de Matos Brito
Raimundo Avilton Meneses Júnior
Rui Pinheiro da Silva Júnior
Samuel Leite Castelo
Vitor Hugo Miro Couto
Wilmar Bezerra dos Santos

Equipes Setoriais

Coordenadores, Assessores e Técnicos de
Planejamento e Desenvolvimento Institucional
das Secretarias e Vinculadas, Poderes Legislativo e
Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas

Colaboração Técnica

Dominique Cunha Marques Gomes
Flávia Roberta Bruno Teixeira
Francisco Parente Gomes
José Gonzales Garcia
Juliana Holanda Farias de Araripe
Kelly Rosana Holanda Lavor
Lara Maria Silva Costa
Luiz Carlyle de Carvalho Mendes
Maria Elisabet Aguiar Paiva
Maria Lúcia do Carmo
Maria Nádia Bezerra Reis
Maria Selma Rocha Almeida
Nilce Maria L Holanda
Norma Maria Cavalcanti Alcoforado
Oscar Luiz Castro Lima
Régis Meireles Benevides
Renata Pontes Viana
Rose Mary Galvão Teixeira
Sandra de Souza
Sílvia Miranda Cabral
Vera Marlusa Teixeira Veras
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Diagramação e Projeto Gráfico

Julian Marlos Carneiro Lima
Manoel Vital da Silva Júnior
Umehara Lopes Parente

Processamento de Dados

Alexandre Araújo da Silva
Daniel Ivo de Andrade
Jorge Alberto Cavalcanti Alcoforado
Wanialdo Eduardo de Lima da Silva



“O Ceará que estamos edificando será o resultado de uma construção coletiva, fundada na tolerância e na pluralidade de opinião, na convivência com a divergência e na capacidade de construir consensos. Colocar o melhor de nossas capacidades, de nossa inteligência, de nossa força, na concretização do projeto de crescimento com sustentabilidade, de bem-estar social para todos, é o meu compromisso e o de todos que ao meu lado marcharão pelos próximos quatro anos. Vamos todos arregaçar as mangas e trabalhar muito, já a partir de agora, para a concretização dos sonhos de todos os cearenses.”

Muito Obrigado.

Cid Ferreira Gomes



PPA - 2012 / 2015
MENSAGEM DO GOVERNO



MENSAGEM DO GOVERNADOR

MENSAGEM N.º. _____, de _____ de _____ de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Apraz-me apresentar a esta Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, e, por conseguinte, à própria Sociedade Cearense, o Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual 2012-2015, em cumprimento aos mandamentos legais, expressos por meio do parágrafo 2º do Artigo 165 da Constituição Federal e o Artigo 203, inciso I da Constituição do Estado do Ceará.

Ambos os Diplomas Constitucionais determinam que a Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Essas diretrizes gerais se coadunam com as diretrizes orçamentárias que dão origem à Lei Orçamentária Anual, objetivando maior integração entre o planejamento de longo prazo e a elaboração e execução dos orçamentos anuais.

Essa integração entre planejamento e orçamento visa à condução da Administração Pública, modernizando-a e orientando-a para o atendimento de resultados efetivamente esperados pela sociedade com a mais absoluta transparência. Neste sentido, o Plano Plurianual se constitui em ferramenta capital para a gestão de Governo, visando alinhar a visão estratégica, pela adoção de programas, que se traduzem em objetivos, metas e iniciativas.

O Plano Plurianual 2012-2015, que ora submeto à apreciação dessa Augusta Casa, responde pelo desafio de continuar avançando rumo ao desenvolvimento do Estado do Ceará, construindo um Estado mais solidário, mais equânime, mais socialmente justo, alicerçado em valores como Democracia, Ética, Transparência, Pluralidade.

De fato, o presente Projeto de Lei contempla Programas que objetivam a melhoria de vida de todos os cearenses, alavancando importantes setores de desenvolvimento social e econômico, com a implantação e fortalecimento da infraestrutura econômica, social e urbana, a dinamização de importantes atividades e a ampliação da oferta de serviços setoriais. Além disso, sobressaem os programas voltados para equalização do acesso da população, essencialmente a mais carente, aos bens e serviços públicos ofertados, destacando-se, dentre eles, saúde, educação, segurança, trabalho e renda.



O meu Governo, ao encaminhar o presente projeto, avança na interlocução com toda a Sociedade e Instituições, ampliando e consolidando a coalizão social e política, promovendo o debate inteligente e fomentador de novas idéias, permitindo a participação intensa da população e suas legítimas representações. Desse modo, vamos juntos aperfeiçoar mecanismos e instrumentos de práticas cidadãs, como o controle eficiente dos programas e indicadores de Governo, que permitirão a tomada de decisão cada vez mais consistente no âmbito da Administração Pública Estadual.

Além dessas premissas estruturais, a proposta, em toda a sua transversalidade, contempla ainda desafios, tais como ofertar oportunidades de inclusão social, participação e acesso a políticas públicas e a ações e serviços eficientes, eficazes e efetivos. Isso tudo somado, proporcionará a consolidação de outro desafio que já tem se mostrado real: o Ceará como referência positiva no cenário regional, nacional e internacional.

O Plano Plurianual 2012-2015 dá continuidade à execução de políticas públicas apoiadas em três grandes Eixos de Governo: Sociedade Justa e Solidária; Economia Para Uma Vida Melhor; Governo Participativo, Ético e Competente. Esses eixos estruturam a ação governamental de modo a permitir o desenvolvimento social e econômico para a superação das desigualdades, aglutinando forças de forma colaborativa, buscando soluções e tomando decisões que fortaleçam a identidade da população e promovam o progresso do Estado.

Na consecução dos propósitos declarados acima, o Plano Plurianual 2012-2015 também se firma pela realização de sua gestão estratégica e participativa. A participação é atributo intrínseco e vital a este Plano Plurianual, tendo iniciado o seu processo de formulação a partir das Diretrizes para o Plano de Governo. Agora em 2011, foi compartilhado com a população o desafio de se construir políticas integradas aos territórios, provocando intensa sinergia Governo/Sociedade nos mais variados rincões do nosso Estado, quando dos 17 encontros regionais realizados em junho e julho, voltados para elaboração do PPA do próximo quadriênio, contemplando as oito macrorregiões.

Continuarei perseguindo o objetivo e o êxito de realizar políticas públicas que promovam o desenvolvimento do Ceará, e que, contudo, não afetem o equilíbrio fiscal e a estabilidade macroeconômica do nosso Estado. Para isso os cenários macroeconômicos e fiscais que fundamentam a execução do Plano para os próximos quatro anos são realistas, baseados no histórico prodigioso de crescimento do Ceará nos últimos anos, e perspectivas igualmente promissoras para os próximos, tanto em relação à Região Nordeste, quanto em relação ao Brasil.

Os grandes investimentos já realizados no Ceará, considerando a gestão anterior do meu governo e esta que se inicia, serão continuados, ampliando o portfólio de oportunidades para investimentos públicos e privados, num panorama de incremento do aporte de recursos orçamentários e não orçamentários, com vistas à execução de importantes programas e projetos estruturantes para o Estado.



Nesse sentido, o PPA 2012-2015, consentâneo com a realidade fiscal do Estado, envolve a alocação de recursos financeiros da ordem de R\$ 84,6 bilhões. Ele prevê a articulação de alianças para a viabilização desses investimentos no âmbito das três esferas de governo, agências multilaterais de financiamento do setor público, organizações sociais não governamentais e parcerias privadas, viabilizando a execução de três tipos de Programas: Temáticos; de Gestão e Manutenção; e de Serviços ao Estado, todos organizados por Área Temática e Eixo de Governo.

Considerando a proporção de distribuição desses investimentos, por Eixo de Governo, desconsideradas as transferências obrigatórias aos municípios e demais encargos gerais do Estado, bem como, a reserva de contingência, os dispêndios com os três tipos de Programas apresentam-se da seguinte forma: 52,5% para o Eixo Sociedade Justa e Solidária; 28,6% para o Eixo Economia Para Uma Vida Melhor; e 18,9% para o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente.

O presente Projeto de Lei, em sintonia com os princípios do Estado Democrático de Direito, fortalece ainda o compromisso de respeito à perfeita relação com demais esferas da Administração Pública e com os outros Poderes. Destaco aqui a relação com o Legislativo Estadual, que nos últimos quatro anos tem sido grande aliado na apreciação isenta das propostas do meu governo que geram inclusão social, combatem a pobreza e a miséria, criam oportunidades de empregos e geração de renda e ofertam serviços sociais básicos e essenciais a milhões de cearenses, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável e a inclusão econômica e social da população do nosso Estado.

Por último, mas igualmente relevante, reafirmo o compromisso de todo o Governo em realizar práticas de gestão pautadas na honestidade, no combate intransigente à corrupção, na competência e eficiência na realização e entrega dos bens e serviços ofertados à população, no respeito aos Poderes e instituições legitimamente constituídas, na ampliação da participação e respeito às idéias plurais, advindas de toda e qualquer parcela da sociedade.

Concluo agradecendo. Inicialmente a todos os que, direta e indiretamente, contribuíram nessa construção coletiva representada pelo conteúdo deste Plano Plurianual. Por fim, agradeço aos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa do Povo, o apoio até aqui conferido ao Executivo Estadual na realização e concretização do PPA 2008-2011 que já se encerra, convicto que igual atenção e zelo se repetirão, a partir de agora, com a apreciação desse Projeto de Lei que institui o novo Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

CID FERREIRA GOMES
Governador



APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados. O Plano Plurianual estabelece a alocação de recursos para um período de quatro anos. Nesse recorte, se inserem todas as iniciativas de governo, complementadas por aquelas de parceiros públicos e privados.

A Gestão do Governo do Estado 2008-2011 tem como desafio, mais uma vez, a elaboração de novo Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, alicerçada nas diretrizes do Governo Estadual para a gestão 2011-2014.

Dentre essas diretrizes, destacam-se as do Plano de Governo, os quadros econômico e fiscal prospectados para o período do Plano, emanados da proposta da LDO 2012, os resultados estratégicos de governo e setoriais e seus respectivos indicadores, e os compromissos regionais, todos delineando, em termos gerais, o Ceará almejado no médio e longo prazos.

Esse é um desafio que não se resume à feitura do documento de planejamento em si, mas na proposta de consolidar um Plano que reflita a vontade e interesses da população do Estado do Ceará e que oriente as ações dos gestores públicos e agentes sociais.

A harmonia entre a condução das políticas econômicas e sociais de estímulo ao desenvolvimento e de ampliação das infraestruturas, num ambiente marcado por limitações de recursos, requer a participação conjunta do Governo e da Sociedade, somando esforços e compartilhando responsabilidades.

O planejamento governamental tem papel fundamental na superação desses desafios. Ele é o instrumento de viabilização e concretização de uma gestão pública empreendedora, inovadora, ética, transparente e voltada para resultados, como pretende a atual gestão (2011-2014).

O novo Plano Plurianual 2012-2015 estabelece suas bases na participação social e nas potencialidades regionais. Esse é o diferencial: dialogar com a sociedade, partindo de suas realidades regionais, estabelecer juntos os rumos e o futuro das regiões, num debate caloroso de ideias, opiniões e consensos.

O Governo Federal elaborou novas orientações metodológicas para elaboração do Plano Plurianual (2012-2015), tendo disseminado essas informações para todos os estados da Federação. A adoção dessas orientações é facultativa no âmbito dos Estados-membros, não existindo regramento legal que os obrigue a adotar o modelo proposto.



Naquele nível de governo, foram introduzidas mudanças muito significativas, considerando a metodologia adotada nos últimos três planos plurianuais do Governo Federal. O sentido geral das mudanças é a busca pelo caráter mais estratégico do Plano, criando condições efetivas para a formulação, gestão e implementação das políticas públicas. Além disso, a nova estrutura sugere nova definição de espaços de atuação do Plano Plurianual e do Orçamento, com o fim de qualificar a comunicação com a sociedade.

O Governo do Ceará, com o objetivo de alinhamento com a proposta de elaboração do PPA 2012-2015 do Governo Federal, adotou o respectivo modelo para elaboração do PPA 2012-2015 estadual, contudo, adequando a metodologia à realidade do planejamento estadual e à execução de seus programas e ações.

Alinhado com a nova proposta, o Governo do Estado do Ceará redesenhou as categorias do Plano Plurianual, com suporte nas quais se organizava. Ou seja, o binômio “Programa-Ação” que estruturava os planos plurianuais dá lugar a programas temáticos, objetivos e iniciativas, tornando-se a “ação” uma categoria exclusiva dos orçamentos. Com isso, define-se uma relação de complementaridade entre os instrumentos (PPA e LOA), sem prejuízo à integração. O Plano tem como foco a organização da atuação de governo nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento responde pela organização no nível operacional.

Espera-se, também, maior versatilidade dessas novas categorias com arrimo nas quais o Plano é organizado, possibilitando a explicitação da diversidade dos arranjos programáticos empregados para a materialização das políticas públicas, como mecanismos de identificação, priorização e seleção de beneficiários e de organização das relações entre os entes federados e entre as esferas pública e privada. Outra consequência positiva dessa versatilidade é o estabelecimento de condições para um melhor tratamento da política setorial, assim como da organização destas, com origem nos recortes territoriais.

Há que se considerar, porém, que por se tratar de uma nova metodologia, o Plano Plurianual estará sujeito a mudanças e adaptações à realidade do planejamento do Estado do Ceará, sendo pertinente que se procedam às modificações legais necessárias para melhor adaptar-se ao modelo proposto, durante a elaboração de suas revisões/atualizações legais.



SUMÁRIO

I - CONCEPÇÃO DO PPA 2012-2015

Premissas e Objetivos	000
Metodologia	000

II – PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Desempenho e perspectivas da Economia Cearense	000
Desenvolvimento Social no período recente	000

III - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO

Eixos da Política de Governo	000
Sociedade Justa e Solidária	000
Economia para uma Vida Melhor	000
Governo Participativo, Ético e Competente	000
Resultados Estratégicos de Governo	000
Compromissos Regionais	000
Compromissos com a Realização da Copa do Mundo 2014	000

IV - PPA EM GRANDES NÚMEROS

Dispêndios por Eixo e Área Temática	000
Despesas por tipo de Programa	000

V - ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO

Programas Temáticos por Eixo e Área Temática	000
--	-----

VI - GRANDES METAS POR EIXO E ÁREA TEMÁTICA

VI - GESTÃO DO PPA 2012 – 2015



I - CONCEPÇÃO DO PPA - 2012 / 2015



PREMISSAS E OBJETIVOS DO PLANO

Elemento central do Planejamento Estadual, o PPA 2012-2015, com amparo na nova estrutura proposta, será orientado pelas seguintes premissas e objetivos:

Premissas

- Gestão orientada para Resultados - pautada no compromisso de governo de evidenciar resultados efetivos para a população que melhorem a condição de vida de todos os cearenses e alavancem o desenvolvimento sustentável do Estado. Trata-se de executar políticas e programas, privilegiando o foco em resultados, em detrimento da óptica centrada exclusivamente no gasto, priorizando ações e contemplando o senso distributivo na alocação dos recursos públicos.
- Ampliação da Participação social como importante instrumento de interação do Estado com o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas.
- Incorporação da dimensão territorial na orientação da alocação dos investimentos, objetivando o equilíbrio territorial, superando os desafios e potencializando oportunidades regionais.
- Foco na execução das políticas públicas, reforçando a necessidade de realizar as Iniciativas definidas no Plano.
- Estabelecimento de parcerias com o Governo Federal e os municípios, a iniciativa privada e a Sociedade civil, visando à união de esforços para o alcance de objetivos comuns.
- Foco na efetividade - entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade, que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias e que deverão se efetivar pela execução das políticas públicas.
- Foco na eficácia - relacionada com a dimensão tática do Plano, entendida como a incorporação de novos valores às políticas públicas e a entrega de bens e serviços ao público adequado, no tempo e no lugar apropriados.
- Aperfeiçoamento das diretrizes para uma alocação orçamentária mais eficiente na priorização dos investimentos.
- Excelência da Gestão de Governo, visando a garantir a entrega de bens e serviços de qualidade à população.



Objetivos do Plano Plurianual 2012-2015:

- Melhorar o desempenho gerencial da Administração Pública.
- Organizar em programas todas as propostas do Governo que resultem em bens ou serviços para atendimento das demandas da sociedade.
- Dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos e aos resultados obtidos.
- Explicitar a distribuição regional das metas do Governo.
- Assegurar que os programas estejam alinhados com a orientação estratégica do Governo e compatíveis com a previsão de disponibilidade de recursos.
- Permitir, por meio dos orçamentos, a alocação de recursos compatível com os objetivos e iniciativas estabelecidas no Plano e com o desempenho obtido na execução dos programas.
- Estimular as parcerias para diversificar as fontes e alavancar os recursos necessários aos programas, com vistas a ampliar seus resultados.



METODOLOGIA DO PLANO

Aspectos Gerais

O Projeto de Lei do PPA 202-2105 do Estado do Ceará apresenta dois conteúdos: i) a base estratégica do Plano, com seus princípios e diretrizes gerais; e ii) a programação de governo para os próximos quatro anos.

A base estratégica do PPA 2012-2015 foi elaborada em consonância com as Diretrizes Gerais de Governo, os Resultados Estratégicos de Governo e Setoriais e seus respectivos indicadores, que se ligam às áreas temáticas do Plano.

Com base nessas diretrizes, o PPA 2012–2015 está estruturado em Programas Temáticos Setoriais, Programas Temáticos Multissetoriais, Programas de Serviços ao Estado e Programas de Gestão e Manutenção, os quais compõem a base programática do Plano.

Coube à Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag a análise e consolidação da metodologia, adaptando-a à realidade do planejamento estadual do Ceará, promovendo ampla capacitação das equipes setoriais envolvidas para elaboração do portfólio de programas governamentais.

Conceito de Estrutura

A nova estrutura do Plano Plurianual permite comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta, propiciando ainda o aprimoramento do controle social e da transparência das ações de governo. Além disso, organiza a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Administração Pública. É papel do Plano, além de declarar as escolhas do Governo e da Sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução das propostas de Governo. Com efeito, o Plano se estrutura nas dimensões delineadas na seqüência.

- **Dimensão Estratégica** - trata-se das orientações estratégicas de Governo para o período do Plano. Correspondem ao conjunto dos (i) Eixos de Governo e suas diretrizes, (ii) áreas temáticas, (iii) os cenários econômico e fiscal que prospectam a execução dos recursos do PPA, (iv) os resultados e indicadores estratégicos de governo e setoriais, (v) e os compromissos regionais colhidos e validados quando da realização do processo participativo nas regiões.
- **Dimensão Tática** - apresenta estratégias, por meio dos programas e de suas iniciativas voltadas para o alcance dos resultados definidos na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os programas para consecução dos objetivos assumidos - estes materializados pelas iniciativas expressas no Plano.
- **Dimensão Operacional** - relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento, por meio dos projetos, atividades e operações especiais. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.



O PPA 2012–2015 trata essas dimensões conforme ilustrado na Figura 1, com suas principais categorias, descritas na sequência.



Um dos itens componentes da base estratégica do PPA 2012-2015 é a Área Temática, que são os temas agregadores dos programas das diversas secretarias setoriais de governo. Essas áreas coincidem com a atuação das próprias secretarias de governo. **A área temática** do PPA tem como atributos: a Contextualização e os Resultados e Indicadores Estratégicos Setoriais.

A Contextualização compreende uma abordagem textual com enfoque num diagnóstico do Setor de Governo, resultados e desafios para o período do Plano. Os Resultados Estratégicos Setoriais, por sua vez, são declarações prioritárias de expectativas de cada secretaria de governo, em sua área de atuação. Declaram as transformações pretendidas no horizonte de tempo do PPA. Os indicadores Setoriais de governo são instrumentos que permitem identificar e aferir aspectos relacionados à área Temática Setorial.

Programas são instrumentos de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos. O Programa Temático Setorial retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas de cada secretaria (gestora do Programa).

Os Programas Temáticos Setoriais, portanto, devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Em alguns casos, deve expressar as transversalidades e as multissetorialidades. O Programa Temático Setorial se desdobra em Objetivos e Iniciativas.



O Objetivo comunica o que será realizado e para quê, a fim de modificar ou potencializar determinada condição ou situação da política de que trata o Programa Temático Setorial. Pode ainda indicar o como fazer e onde fazer. O Programa Temático Setorial poderá ter um ou mais objetivos, o qual dá origem a um conjunto de iniciativas, de forma regionalizada.

A Iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias.

Os Programas de Gestão, Manutenção constituem instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como de ações não tratadas nos Programas Temáticos Setoriais por meio de suas Iniciativas.

Os Programas de Serviços ao Estado têm natureza de programa finalístico, porém, apresentam-se de forma pouco complexa, não comportando tantos objetivos e iniciativas quanto os programas temáticos setoriais das áreas mais finalísticas do Governo. Por tal motivo serão utilizados por órgãos de apoio do Poder Executivo (Casa Civil, Casa Militar, Gabinete do Governador, Gabinete do Vice-Governador, Procuradoria Geral do Estado e Conselho de Educação do Estado do Ceará) e por órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas.

- Estrutura dos Programas do PPA





II - PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS



1. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE

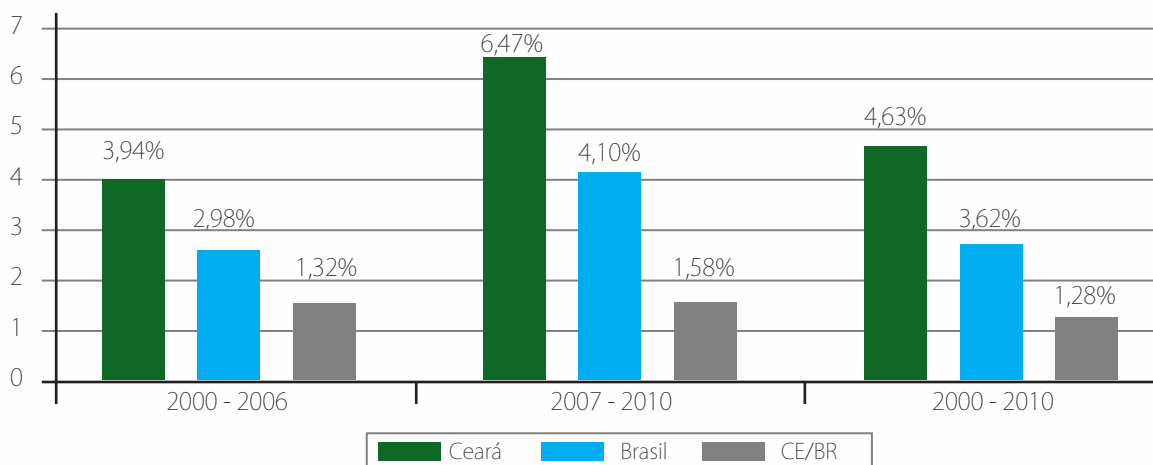
1.1. Desempenho Econômico na Década: 2000-2010¹

O Ceará responde pela 12ª economia do País e pela 3ª da região Nordeste. O PIB cearense abrange, aproximadamente, 2% do PIB brasileiro e 15% do PIB Nordestino. Sua economia está sustentada nas atividades ligadas aos Serviços (69,33%), à Indústria (23,61%), e Agropecuária, que participa com, apenas, 7,06%.

Na última década, a economia cearense apresentou, na maioria dos anos, taxas de crescimento acima da média nacional. Analisando o comportamento da economia com base no PIB a preços de mercado, que corresponde ao valor adicionado gerado pela Agropecuária, Indústria e Serviços, incorporando-se os impostos líquidos de subsídios, totalizou, em termos correntes, em 2010, um valor de R\$ 74,9 bilhões, o que ensejou um PIB per capita de R\$ 8.858. Entrementes o País acusou um valor de R\$ 3,7 trilhões e um PIB per capita de R\$ 19.016.

Em termos de crescimento econômico, esse avanço significou uma taxa acumulada de 57,28%, na última década, representando uma variação média anual de 4,63%, valor superior ao da média nacional, que foi de 3,62% no mesmo período (Gráfico 1). O crescimento verificado no Ceará nos últimos quatro anos, entretanto foi ainda muito mais intenso, de 6,47%, contra 4,10% do País. Esses números refletiram uma participação no PIB nacional de 2,04% em 2010.

Gráfico 1: Taxas médias de crescimento do PIB (%) e razão Ceará/Brasil –2000-2010(*)



Fonte: IBGE e IPECE.

(*) 2009 e 2010: são dados preliminares e podem sofrer alterações.

¹ Nota: elaborado pelo IPECE.



1.2. Desempenho da Economia Cearense em 2011

No primeiro semestre de 2011, a economia cearense registrou crescimento de 4,42%, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, sobre o mesmo período de 2010. Já para a economia brasileira, o crescimento foi de 3,60%.

Em termos de Valor Adicionado (VA) a preços básicos, a economia cearense cresceu 5,03% no primeiro semestre de 2011 sobre o mesmo período do ano de 2010. Na mesma comparação a economia brasileira obteve uma taxa positiva de 3,20%, como expressa a Tabela 2.

O volume do Valor Adicionado do primeiro semestre de 2011 foi influenciado pela Agropecuária, com uma taxa positiva de 42,16%, seguida dos Serviços, com um aumento de 4,61%. Enquanto isso a Indústria acusou um recuo de 0,11% sobre o mesmo período de 2010 (Tabela 2).

Tabela 2: Taxa Semestral (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior - %) Ceará e Brasil - 1º Semestre/2011 (1)

Setores/Atividades	1º Semestre /2011	
	Ceará	Brasil
Agropecuária	42,16	1,40
Indústria	-0,11	2,60
Serviços	4,61	3,70
Valor adicionado a preços básicos	5,03	3,20
Impostos	-0,60	6,30
PIB a preços de mercado	4,42	3,60

Fonte: IPECE/IBGE.

(1) 2011: são dados preliminares e podem sofrer alterações.

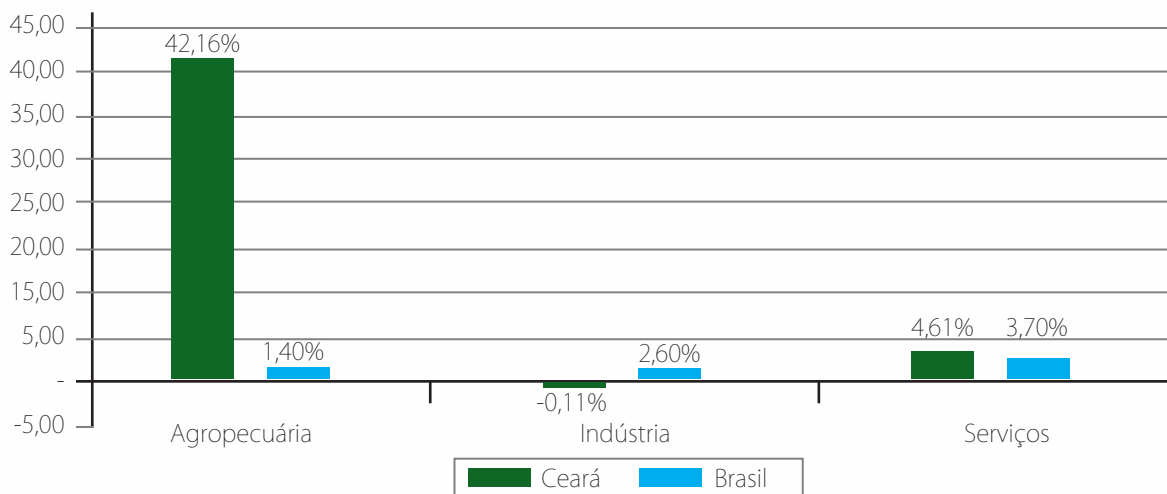


1.2.1. Resultados Setoriais no 1º Semestre/2011

A Agropecuária contribuiu muito para o resultado do primeiro semestre de 2011 sobre o mesmo período de 2010, com uma taxa de crescimento de 42,16%, superando a modesta média da agropecuária brasileira, de 1,40%. A segunda maior taxa, no primeiro semestre de 2011, coube aos Serviços, 4,61%, superior à média nacional, 3,70%. No caso da economia cearense, as atividades que mais contribuíram para o resultado dos Serviços foram: o Comércio (8,40%) e Alojamento e Alimentação (8,97%). No Brasil, os Serviços foram ancorados pela Intermediação financeira e seguros (5,5%), Serviços de informação (5,3%) e Comércio (5,2%).

O fraco desempenho apresentado pela Indústria, nos seis primeiros meses do ano, em comparação aos mesmos meses de 2010, fez com que a taxa acumulada ficasse em 0,11%, inferior à média nacional, que foi de 2,60%, como pode ser observado no Gráfico 2. Muito embora a Construção Civil e de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana tenham registrado taxas positivas, de, respectivamente, 6,57% e 1,45% não suplantaram os resultados negativos da Indústria de Transformação (-3,66%) e da Extrativa Mineral (-6,00%).

Gráfico 2: Taxa Semestral (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior - %) Ceará e Brasil - 1º Semestre de 2011 (1)



Fonte: IPECE e IBGE.

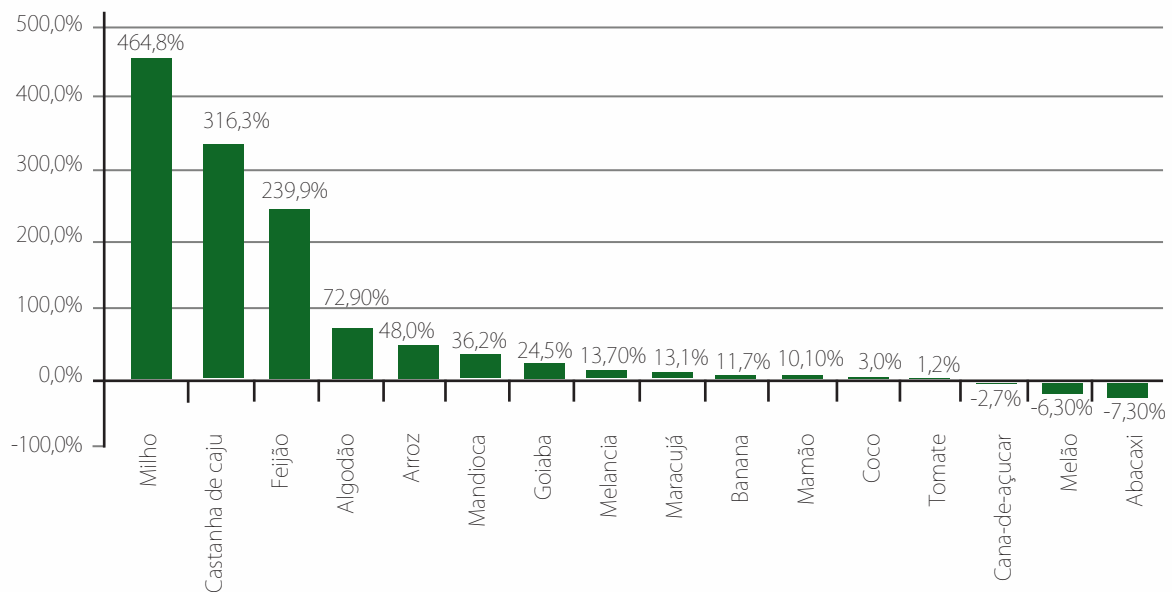


O Setor Agropecuário

O setor da Agropecuária tem participação pequena na economia cearense, haja vista suas condições naturais de inserção no semiárido nordestino. Apesar dessa característica, o Ceará é o maior produtor brasileiro do segundo produto da pauta das exportações cearenses - a amêndoa de castanha de caju. Atualmente, com o advento da agricultura irrigada, o Estado se destaca na exportação de frutas e flores. A Agropecuária é mais concentrada na produção de lavouras, com destaque para: a produção de milho, nas regiões do Sertão de Crateús e Barro; o feijão, no Sertão de Quixeramobim e Baixo Jaguaribe; a banana, em Baturité e Baixo Jaguaribe; o melão, no Baixo Jaguaribe e Litoral de Aracati; e castanha de caju, no Litoral de Camocim, Acaraú e Chorozinho. Do ponto de vista da pecuária, o Ceará possui uma diversidade na produção animal, destacando-se: a produção de bovino, ovino, suíno, eqüino, caprinos, aves, e coelhos.

O Gráfico 3 evidencia as estimativas de boa safra para o Ceará, segundo o IBGE, na posição de julho/2011, que prevê mais uma safra recorde para o corrente ano, haja vista que em 2009 houve frustração de safra em decorrência das condições climáticas desfavoráveis.

Gráfico 3: Previsão da safra agrícola (%) – Ceará – 2011/2010



Fonte: IBGE.

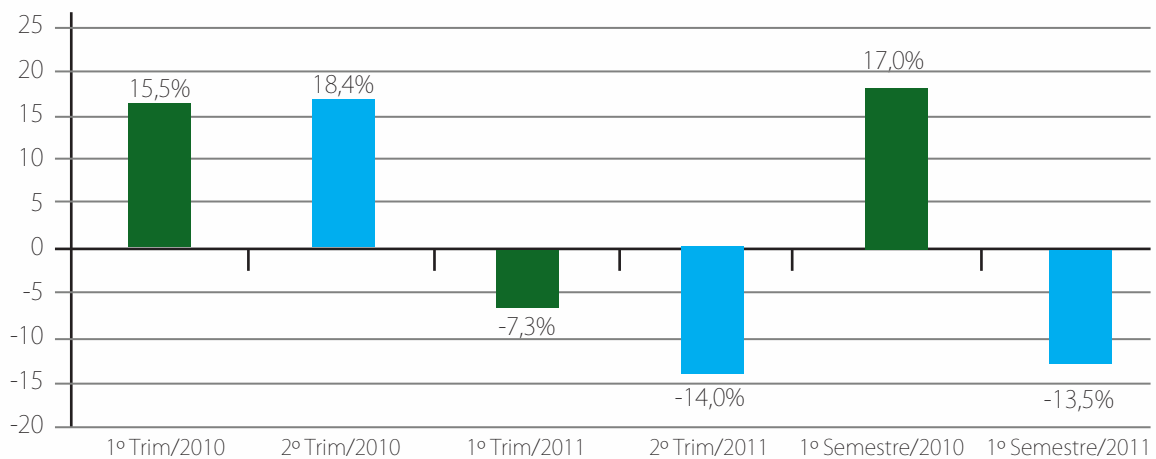


Setor Industrial

É visível a importância da Indústria na economia cearense, sobretudo nas duas últimas décadas, de 1990 e de 2000. O parque industrial do Ceará, consolidado, recebeu reforço com o programa de atração de investimentos, adotado em meados dos anos 1990. As empresas que aportaram no Estado, sobretudo a de calçados, conseguiram mudar a pauta dos produtos exportados pelo Ceará, de produtos básicos para exportador de produtos industrializados, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Muitos municípios receberam indústrias que estabelecem a diferença nas economias locais, reduzindo as disparidades entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o restante do Estado. O Setor Industrial é composto por quatro segmentos: Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Construção Civil, e Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana.

A Indústria de Transformação proporciona ao Ceará a condição de polo de importantes segmentos, como Calçados e Têxtil, mas a indústria de maior participação é a de Produtos Alimentícios. É importante salientar, no entanto, que estes segmentos são prejudicados por serem vulneráveis aos ataques de produtos importados, sobretudo os chineses, nos casos de Calçados, Têxteis e Vestuários; daí os resultados negativos amargados pela produção industrial, no primeiro semestre de 2011, como está contido no Gráfico 4, que contribuiu para queda no Valor Adicionado da Indústria, no primeiro semestre de 2011, -0,11%, conforme já mencionado.

Gráfico 4: Taxas trimestrais e semestrais da produção industrial – Ceará – 1º e 2º trimestres 1º Semestre/2010-2011



Fonte: IBGE.



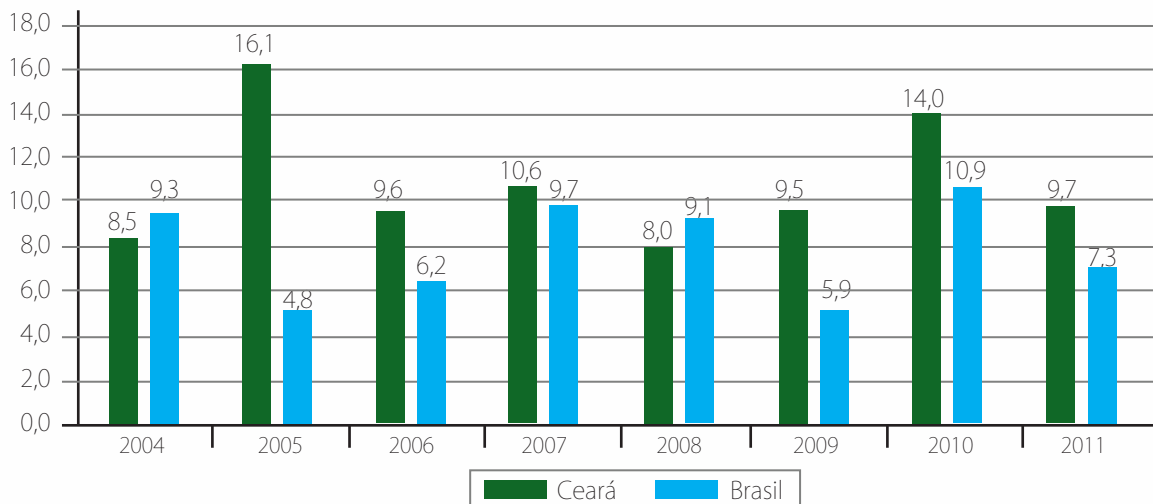
O Setor Serviços é o Sustentáculo da Economia Cearense

Historicamente, o Ceará tem vocação forte para o comércio, haja vista que em sua colonização lhe foi dada a tarefa de abastecer, de produtos básicos, as regiões, ditas como nobres, sobretudo as produtoras de cana-de-açúcar. Com isso, inicia-se a participação dos Serviços na economia estadual.

Dentre as atividades que compõem esse Setor, o maior destaque cabe ao Comércio, que participa com 16,05%; a Administração Pública, ainda tem papel relevante na composição dos Serviços, com 22,14%; Atividades Imobiliárias (8,26%); Intermediação Financeira (4,78%); Transportes e Correios (3,45%); e Alojamento e Alimentação (2,45%), que mostra a tendência do Turismo, para destacar as atividades mais tradicionais dos Serviços. Já as atividades ditas modernas, Serviços Prestados às Empresas e Serviços de Informação, participam da economia estadual, respectivamente, com 3,34% e 2,65%.

O Setor de Serviços cresceu 4,61% no 1º semestre/2011 sobre o mesmo semestre/2010, contra um crescimento de 3,70% dos Serviços do País. Para este resultado, foi importante o desempenho do Comércio varejista cearense, que, desde 2004, contribui positivamente para o crescimento econômico do Ceará. O volume de suas vendas no varejo registra taxas significativas e, na maioria das vezes, superiores às do País, conforme evidenciado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Volume de vendas varejista, sem ajuste sazonal – Ceará e Brasil - 2004-Jun./2011



Fonte: IBGE.



Turismo: Uma Atividade em Potencial

Outra atividade que sinaliza o bom desempenho da economia estadual é o turismo, que registrou, no período de janeiro a junho de 2011, a visita de 1,3 milhão de pessoas ao Estado, significando um acréscimo de 9,1% sobre o mesmo período de 2010, segundo dados da SETUR.

Os programas promocionais e os investimentos que estão sendo implementados colaboram para os resultados. Esta atividade também contribui para a ampliação do emprego formal no Estado, e até agosto/2011 já acumulou um saldo de 6.378 postos de trabalho.

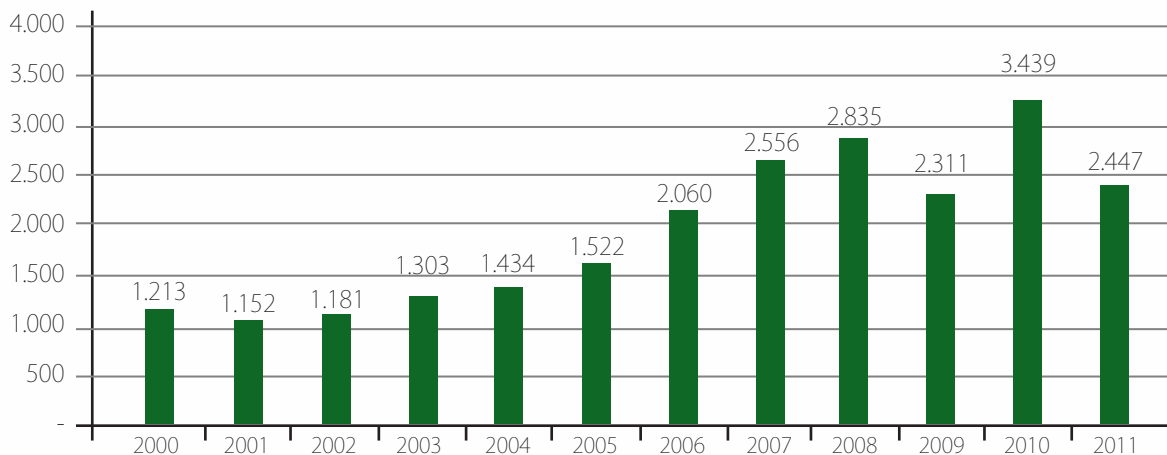
Mudança na pauta das exportações cearenses

O Comércio Exterior concorre para o crescimento da economia cearense. Nas duas últimas décadas, de 1990 e de 2000, houve uma reestruturação nas exportações estaduais. No que diz respeito à diversificação de produtos e à ampliação de mercados, reduziu-se a dependência histórica da demanda dos Estados Unidos pelos produtos cearenses e, em 2011, a participação é de 30,52%; já foi 47% em 2002. A expectativa para os próximos anos é de redução, dado que o Estado investe na ampliação de mercados com potencial de consumo, por exemplo, a África. Outros mercados despontam como parceiros do Ceará, a destacar: Argentina, Itália, Reino Unido, Países Baixos e outros.

Atualmente, as exportações de industrializados correspondem a 64% das exportações cearenses. Vale citar, ainda, o surgimento das exportações de frutas e de flores, suavizando o impacto da decadência de alguns produtos de exportações tradicionais, como lagosta e camarão, despontando na pauta cearense dentre os principais produtos. No caso das frutas, em 2002, suas exportações correspondiam a 2,9% das exportações cearenses e em 2010 este percentual foi ampliado para 7,8%.

O Gráfico 6 traz uma evolução dos valores das exportações somados aos das importações que correspondem à corrente de comércio cearense, no período de 2000 a jan.-ago./2011.

Gráfico 6: Evolução dos valores da corrente de comércio (US\$ milhão/FOB)
Ceará 2002 - Jan.-Ago./2011 (*)



Fonte: Secex/MDIC.

(*) Corrente de comércio corresponde ao somatório dos valores das exportações e importações.



Na contextura regional, a Região Metropolitana de Fortaleza concentra a maior parte das exportações estaduais, cerca de 64,44%; particularizando o Município de Fortaleza, que responde por mais 26,68%, de janeiro a agosto/2011, quando exportou US\$ 245,96 milhões. A seguir, estão destacados os produtos mais importados conforme as regiões administrativas:

RMF: castanha de caju; consumo a bordo; lagosta; cera vegetal; mel natural; aparelho de cozinha; estufas pré-fabricadas; frutas e outros.

Sobral/Ibiapina: castanha de caju; policloreto de vinila; complementos alimentares; rosas e seus botões e outros.

Litoral Oeste: sucos de outras frutas; calçados; bulbos; flores; cocos frescos; ceras; outras lagostas; outros peixes; lagostas; camarões; móveis de madeiras; assentos estofados; vidro vazado e outros.

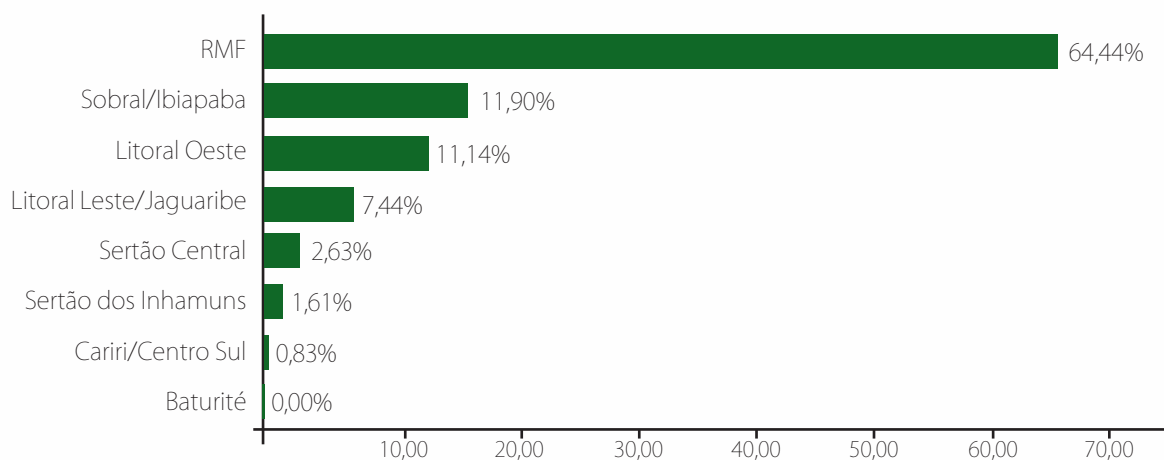
Litoral Leste/Jaguaribe: melões; outras lagostas; melancias frescas; mamões; banana; lagostas; outros peixes e outros.

Sertão Central: outros calçados; partes superiores de calçados; solas exteriores; bolsas de couro; ferrossilício; outras ferroligas; outras escórias; bagaços e outros resíduos e outros.

Cariri/Centro Sul: máquinas de costura; outros calçados; calçados; partes de máquinas; guia-fios; outras correias de transmissão; conversores eletrônicos de frequência; motor elétrico; mel natural; madeira marchetada; magnésia calcinada e outras.

Baturité: balsas; outras obras de madeiras; vestuário de couro; outros acessórios de vestuário; outros minérios de manganês; mármores cortados e outros.

Gráfico 7: Exportações por regiões administrativas – Ceará – Jan.-Ago./2011 (US\$ milhão/FOB)



Fonte: Secex/MDIC.



Mercado de Trabalho em Expansão

O desempenho positivo da economia cearense, obtido nos últimos anos, tem reflexo no aumento do emprego formal. Como mostra a Tabela 3, o Ceará registra ampliação na geração de emprego formal desde 2003 e o maior volume de emprego formal foi evidenciado no ano de 2010, sugerindo melhoras nas economias cearense e brasileira pós-crise. De 2003 a agosto de 2011, o Estado já acumulou um saldo de emprego formal de 383.684 mil postos.

Tabela 3: Evolução do saldo formal de emprego – Ceará – 2003- Jan.-Ago./2011

Períodos	Saldo Acumulado até agosto de 2011
2003	18.645
2004	31.240
2005	30.875
2006	33.560
2007	39.722
2008	41.441
2009	64.436
2010	84.550
2011	39.215
Acumulado: 2003/2011	383.684

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE.

(*) o Acumulado no ano de 2011 corresponde ao período de janeiro a agosto.

Merece destaque, dentre as atividades do setor de Serviços, o segmento de Alojamento, Alimentação e Reparo e Manutenção, com a geração de 6.378 vagas no acumulado de janeiro a agosto de 2011. Outra atividade que se encontra aquecida é o de Comércio de administração de imóveis e serviços técnicos, também pertencente ao setor de Serviços, que no ano já acumula 6.588 empregos formais.

Vale ressaltar que a Agropecúria acumulou de janeiro a agosto um saldo positivo de 1.322 postos de trabalho. Na Indústria, a Construção Civil vem absorvendo mão-de-obra, com um saldo acumulado no ano de 2011 de 7.300 postos de trabalho. A Indústria de Transformação registrou um saldos de 2.560 vagas formais, sobretudo nas atividades de de Metalurgia (1.080 vagas) e Têxtil/Vestuário (1.004 vagas), conforme a Tabela 4.



Tabela 4: Evolução do Saldo líquido do emprego formal (nº) por setor e atividade Ceará – Junho e acumulado de Jan.-Ago./2011

Períodos	Jan. - Agosto/2011
Geral	39.215
Indústria Extrativa mineral	266
Indústria de Transformação	2.560
Indústria metalúrgica	1.083
Têxtil/vestuário	1.004
Indústria de calçados	-496
Alimentos e bebidas	-461
Construção Civil	7.300
Comércio	6.588
Serviços	20.757
Comércio e administração de imóveis, serviços técnicos	7.646
Serviços e alojamento e alimentação, reparação e manutenção	6.378
Agropecuária	1.322

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE.

(*) o Acumulado no ano de 2011 corresponde ao período de janeiro a agosto.

1.3. Perspectivas para 2012-2015

As expectativas da economia cearense, para os anos 2012-2015, estão atreladas ao desempenho econômico nacional, que está em crescimento sendo esse um ponto importante para a economia cearense, que tem suas atividades mais voltadas para o mercado interno.

Os resultados das previsões podem ser vistos na Tabela 5, que apresenta os valores do PIB a preços de mercado correntes, de acordo com a taxa de crescimento média do PIB do Brasil, elaborada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O IPECE estima uma taxa do PIB estadual de 5,5% para os anos de 2012 e 2015, mantendo a tendência do que ocorre na maioria dos anos da década de 2000 - crescer acima da média nacional (Tabela5).

Tabela 5: Cenário macroeconômico – Ceará – 2012-2015

Indicadores/Períodos	2012	2013	2014	2015
Taxa de crescimento do PIB (%)	5,5	5,5	5,5	5,5
PIB a preços de mercado (R\$ milhão)	91.970	101.880	112.857	125.018

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Os dados de cenário são do IPECE, baseado nos dados de Baco Central para a economia brasileira. Os valores em R\$ milhões.

(*) Os dados de cenário são do IPECE, baseado nos indicadores do Banco Central para a economia brasileira. Os valores em R\$ milhões.

A economia cearense, no entanto, poderá alcançar resultados mais favoráveis, desde que os seg-



mentos que oferecem respostas positivas continuem em ritmo de crescimento, como, no caso, Comércio Varejista e a Construção Civil, principalmente, como também haja uma recuperação das atividades industriais cearenses. Para a economia brasileira, o Banco Central prevê um crescimento de 5,0% no PIB nacional para os mesmos anos, impulsionado pelo desempenho positivo dos três setores - agropecuária, indústria e serviços, além do consumo das famílias.

Um dos fatores que também podem contribuir positivamente para os resultados previstos é o evento da Copa do Mundo de 2014, que será realizada no País e o Estado será uma das sedes que receberá os jogos.

No Ceará, o potencial para acolher projetos de Refinaria e Siderurgia público e privado poderá elevar a taxa de crescimento esperado para a economia. Detalhando-se por segmentos econômicos, no caso da Agropecuária, as inovações tecnológicas e a intensificação da atividade irrigada poderão reduzir a vulnerabilidade da agricultura tradicional em relação às incidências de secas e de veranicos, fenômenos comuns em áreas de semiárido.

A economia cearense espera contar, ainda, com a continuidade do aquecimento da Construção Civil, que mantém uma tendência ascendente desde 2004. O segmento conta com uma série de fatores para seu crescimento, no curto prazo, como maior disponibilidade de crédito, melhora na renda dos trabalhadores e a própria conjuntura econômica do País. Vale evidenciar, também, as mudanças ocorridas nos limites para aquisição de imóveis com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Cite-se, ainda, a ampliação da faixa de renda bruta familiar nas capitais e regiões metropolitanas, para empréstimos com recursos do FGTS.

No médio e longo prazo, podem ser citados os Projetos de Investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que afetarão o aumento do PIB, de forma positiva. O PAC envolve, principalmente, investimentos de infraestrutura em transporte, energia e recursos hídricos.

Na área de transportes, pode-se mencionar a ampliação do aeroporto Pinto Martins e do Porto do Pecém. Com cerca de dois mil quilômetros de extensão, a Transnordestina ligará os portos de Suape (PE) e Pecém (CE) a regiões como o sudeste do Piauí, sul do Maranhão e oeste da Bahia.

No setor de energia, salienta-se a efetiva implementação de energias alternativas, a destacar a usina de biocombustível e as eólicas.

Pelo lado dos Serviços, o Comércio Varejista deverá ser o sustentáculo do crescimento do setor, e, conseqüentemente, da economia cearense, haja vista que o Comércio Varejista responde por mais de 16% para a formação do PIB estadual. Vale dizer que, desde 2004, o Comércio Varejista apresenta resultados positivos. As causas do desempenho do Comércio residem na taxa de juros em queda, melhoria salarial, recuperação do poder aquisitivo da população, mais emprego formal e outros. Espera-se, para os próximos anos, a continuidade de ampliação desse segmento.



A preocupação fica com o setor externo, que em virtude das crises de 2008, do qual existem resquícios, e a de 2011, que se alastra pelos países da zona do euro. Um fator, porém, mostra otimismo para as duas economias, ou seja, a diversificação de produtos e de mercados ocorre no plano nacional e cearense, nos últimos anos. Com efeito, mostram os dados da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), uma menor dependência das exportações cearenses e brasileiras dos mercados estadunidense e europeus e as novas investidas comerciais, como dos países da África, que se encontram em desenvolvimento.

No campo dos preços, as perspectivas para a economia brasileira e cearense é de que continuem sob controle, por meio da política monetária via taxas de juros (SELIC). Assim, o Banco Central prevê que o nível de inflação para os anos 2012 a 2015, não fugirá da meta estabelecida pelo Governo, de 4,5% ao ano, com folga de 2,0 pontos percentuais para menos ou para mais.

Enfim, no Estado encontra-se em fase de execução e/ou com previsão um conjunto de obras de infraestrutura que beneficiará o setor, incluindo a requalificação de alguns equipamentos, a destacar o Centro de Eventos e os aeroportos regionais. Além disso, o Estado dispõe de um potencial natural para ser explorado. Há, contudo, necessidade de qualificar este potencial, o que já está entre as prioridades do Governo Estadual e da iniciativa privada. Os empresários estão otimistas e, considerando os resultados alcançados, deverão investir ainda em 2012, dando continuidade ao crescimento registrado nos anos anteriores.



2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

Nesta seção considera-se o panorama recente das condições sociais do Ceará. Realiza-se breve análise dos principais indicadores sociais, mostrando o comportamento recente da dinâmica populacional, das condições de saúde, educação, emprego, pobreza e desigualdade. Diversas informações são provenientes da pesquisa censitária realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – no ano de 2010. Outras informações são produzidas pelas próprias secretarias do Governo do Estado do Ceará, sendo estas empregadas diretamente no desenho das políticas públicas do Estado.

A análise de indicadores sociais é coerente com a ideia de que não basta o Estado crescer economicamente, aumentar o número de empregos, exportar mais produtos e ter uma elevação do Produto Interno Bruto. Esse crescimento econômico deve ser traduzido em qualidade de vida para a população cearense.

2.1. Demografia

A população do Ceará está estimada em 8,45 milhões de habitantes, de acordo com os dados do Censo 2010. Em 2000, a estimativa era de 7,43 milhões. O Estado, que é o 8º mais populoso do País, apresentou uma taxa (geométrica) de crescimento demográfica média de 1,3% ao ano na última década.

Dessa população estimada em 2010, 6,346 milhões de habitantes residem na zona urbana, enquanto 2,105 milhões moram na zona rural. A dinâmica populacional nos últimos anos foi diferenciada entre as duas áreas. A população urbana do estado do Ceará aumentou em aproximadamente 1,03 milhão de pessoas entre 2000 e 2010. Esse crescimento foi dado por uma taxa média de 1,79% ao ano. Já a população rural apresentou uma redução de 9.519 pessoas, o que representa uma taxa anual média de decréscimo de 0,05%.

O Ceará também exibe intensa concentração populacional na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)², a qual foi ampliada nos últimos dez anos. Em 2000, 41,14% da população do Estado se encontravam na RMF, ao passo que em 2010 esse percentual aumentou para 42,78%. Especificamente, o Município de Fortaleza concentra quase 30% da população cearense.

2.2. Saúde

Na área de saúde, o Estado do Ceará apresentou uma melhora significativa nos últimos anos. A Taxa de Mortalidade Infantil, considerada um indicador bastante sensível às condições de vida da população - o que inclui não apenas a saúde, mas também educação, infraestrutura habitacional e saneamento - expôs uma trajetória de redução consistente nos últimos anos.

² A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é constituída dos seguintes municípios: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajús, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante.



De acordo com dados da Secretaria de Saúde do Ceará, a Taxa de Mortalidade Infantil no Estado caiu de 28,34 óbitos por 1.000 nascidos em 2000, para 13,11 em 2010, ou seja, uma redução de 53,7%.

Essa trajetória reflete tanto a melhoria das condições socioeconômicas da população nos últimos anos, bem como o efeito de políticas específicas que reduziram a taxa de óbitos entre as crianças com até um ano de vida, tais como as políticas de saúde preventiva, de saneamento básico e de educação.

Uma informação complementar pode ser verificada nos dados do suplemento de saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada no ano de 2008. De acordo com essa base de dados, cerca de 75,5% das pessoas no Ceará consideraram o seu estado de saúde como muito bom ou bom. Menos de 5% das pessoas fizeram autoavaliação do estado de saúde como ruim ou muito ruim. Ainda assim, 8,7% das pessoas declaram ter deixado de realizar suas atividades habituais por motivos de saúde nas duas semanas anteriores à data da entrevista.

Empregando um critério médico que avalia a prevalência de doenças crônicas (artrite, reumatismo, câncer, diabetes, bronquite, hipertensão, coração, rins, depressão, tuberculose, tendinite, cirrose), a pesquisa detectou que 26,5% das pessoas afirmaram ter recebido o diagnóstico médico de que possuíam pelo menos uma das doenças crônicas investigadas - a maioria pessoas acima de 60 anos de idade.

2.3. Condições dos domicílios

A análise das condições domiciliares constitui importante forma de avaliar o acesso da população aos serviços públicos elementares. Aqui se destaca a situação dos domicílios quanto à forma de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, de coleta de lixo e de acesso à energia elétrica, fornecendo um panorama da situação domiciliar dos municípios cearenses.

Com base nos dados do Censo 2010 divulgados pelo IBGE, foi possível evidenciar uma melhora significativa as condições dos domicílios particulares e permanentes³ entre os anos de 2000 e 2010. Nesse período, o percentual de domicílios com abastecimento de água adequado, ou seja, que possuem ligação com a rede geral, aumentou de 60,8% para 77,2%. Já o percentual de domicílios permanentes ligados à rede geral de esgotamento sanitário, que era de 21,45% em 2000, atingiu uma cobertura de 32,76% em 2010.

A última década também foi marcada pelo crescimento no número de domicílios atendidos por serviços de limpeza e que tinham acesso a energia elétrica. No caso dos serviços de limpeza, o percentual de domicílios atendidos diretamente por serviços de coleta de lixo ou por coleta em caçamba teve um incremento de 22,54%, passando de 61,48% em 2000 para 75,34% no ano de 2010. A RMF é a região do Estado com a maior cobertura, 94,27% em 2010. No que diz respeito à cobertura de energia elétrica, o percentual de domicílios que possuíam energia elétrica aumentou

³ São domicílios particulares e permanentes são os domicílios construídos para servir exclusivamente à habitação e que, na data de referência, tinham a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.



de 89,3% para 98,9 entre os anos de 2000 e 2010, o que caracteriza uma quase universalização do serviço.

Já as estimativas da Coordenadoria de Saneamento Ambiental da Secretaria das Cidades mostram que a população beneficiada por abastecimento de água em 2009 era de 71,99%. A população beneficiada com esgotamento sanitário, neste mesmo ano, era de 23,34%. No que se refere à destinação adequada de resíduos sólidos, a população residente em áreas urbanas do Ceará contava com uma cobertura de 54,77%. Entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza, o grau de cobertura era de 91,53%. Considerando os municípios localizados no Estado, mas fora da RMF, a parcela da população beneficiada era de aproximadamente 6,0%.

Se com respeito ao abastecimento de água e ao acesso a energia elétrica no Estado, os indicadores revelam uma situação satisfatória, no caso do provimento de esgotamento sanitário adequado e destinação apropriada de resíduos sólidos, a ampliação da cobertura ainda se apresenta como um desafio a ser superado.

2.4. Educação

Na área de educação, os dados do Censo 2010 indicaram melhora no nível de alfabetização. Em 2000, o Ceará possuía uma taxa de alfabetização de 75,3%. Já em 2010, o Estado apresentou um total de 82,8% da sua população acima de dez anos de idade alfabetizada, o que representa aumento de 9,97%.

Apesar de seguir uma metodologia diferente, esses dados são coerentes com a tendência apresentada pela PNAD, que indica uma redução da taxa de analfabetismo para pessoa com 15 anos ou mais de idade. O indicador que apontava uma taxa de analfabetismo de 27,8% em 1999 e de 20,6% em 2006 era de 18,6% em 2009.

A escolaridade média dos adultos de 25 anos ou mais de idade em trabalhos empíricos representa um parâmetro sintético para diagnosticar o nível de capital humano de alguma área geográfica. Também de acordo com os dados da PNAD, a tendência do aumento médio dos anos de estudo é clara. A escolaridade média da população cearense acima de 25 anos de idade, que era de 5,3 anos em 2006, passou para 5,9 em 2009, indicando essa tendência.

A população nessa mesma faixa etária com pelo menos o ensino médio completo aumentou de 24,3 em 2006 para 28,2 em 2009. E aqueles que conseguiram concluir o ensino superior representam um percentual de 6,6 em 2009 ante o valor de 5,5 em 2006.



2.5. Emprego e rendimentos do trabalho

Com relação ao mercado de trabalho, de acordo com dados da PNAD 2009, o Ceará apresentou uma taxa de participação de 61,8. Esse indicador mostrava que, em 2009, das 7,1 milhões de pessoas em idade ativa, 4,4 milhões estavam no mercado de trabalho.

Em setembro de 2009, o mês em que a pesquisa da PNAD é realizada, aproximadamente, 4,1 milhões de pessoas foram consideradas como ocupadas no Estado do Ceará.

De forma complementar, aproximadamente 300 mil pessoas estavam na condição de desempregadas, contingente representado por uma taxa de desemprego de 6,9% da população no mercado de trabalho. Esse indicador demonstra uma redução da taxa de desemprego que em 2006 era de 7,5%.

Já com relação à média dos rendimentos reais, observa-se melhora nos últimos anos, com o nível de rendimento médio crescendo de R\$485,4 em 2006 para R\$570,3 em 2009. Esse indicador revela uma melhora na remuneração média no mercado de trabalho no Ceará, que pode ser reflexo direto da melhora no nível educacional da população.

2.6. Pobreza e desigualdade

No referente aos indicadores de pobreza e desigualdade, o Estado do Ceará também apresentou avanços. Dados da PNAD mostram que a proporção de pessoas em situação de pobreza, que era de 51% em 2006, passou para 41,2% em 2009, configurando o Ceará como um dos estados que mais reduziu a taxa de pobreza nos últimos anos.

A melhora nos índices de pobreza reflete um progresso na renda que as famílias auferem. No Estado do Ceará, a renda domiciliar per capita média aumentou, em termos reais, de R\$314,3 em 2006 para R\$384 em 2009.

A melhoria no nível de renda também exhibe reflexos diretos na redução da desigualdade. O índice de Gini para o Ceará foi de 0,543 em 2009. Esse indicador apresenta o nível de desigualdade de renda, que era de 0,546 em 2006 e foi de 0,592 em 1999.



III - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO

O reconhecimento de que é possível construir um novo Ceará orientou a definição das diretrizes estratégicas de Governo para o período do Plano Plurianual 2012 -2015. As diretrizes traçadas incorporam as contribuições que resultaram do compartilhamento de ideias, experiências e expectativas da participação democrática da sociedade, reunidas nas propostas formuladas por grupos de trabalho que apoiaram a recondução do Governo Cid Gomes, e por ocasião das oficinas regionais do PPA participativo, promovidas no início da presente gestão.

Fundamentando-se nas premissas de aperfeiçoar o que teve bons resultados e assegurar a continuidade das conquistas da primeira gestão, avançar na correção das políticas públicas e inovar com poder criativo os programas e projetos, o Governo elegeu como desafio a ampliação das oportunidades econômicas e sociais, com avanço das instituições democráticas, em sintonia com o projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social. O desafio maior do Governo consiste, portanto, em superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado, o que necessariamente implica reduzir de forma drástica a população vivendo em condições de extrema pobreza. De outra forma, o Governo não deixará de priorizar as estratégias políticas de continuar crescendo com destaque no cenário nacional, porém com distribuição de riqueza, perseguindo, assim, o crescimento econômico com inclusão social.

Para realizar o grande salto que o Ceará deve consolidar na atual gestão, foram decisivos os avanços nas políticas sociais. Esses se retratam nos índices que medem a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio, bem como na requalificação da rede escolar, com destaque para a implantação das escolas de educação profissional – ensino médio integrado com o curso técnico profissional. Não se pode deixar de destacar a iniciativa governamental de fortalecer o regime de colaboração com os municípios para alcançar a meta de alfabetização das crianças na idade certa (sete anos), cooperar técnica e financeiramente com a construção dos Centros de Educação Infantil (CEI) e contribuir com a melhoria do acesso dos alunos à escola, fortalecendo o programa federal Caminho da Escola (transporte escolar). O programa de expansão do ensino profissional no Estado assegura aos jovens cearenses a formação requerida pelos grandes empreendimentos que se instalarão no Ceará. Os esforços para implantar com o Governo Federal e o empresariado os projetos estratégicos, como a refinaria, a siderúrgica, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), a ferrovia Transnordestina e a integração do com o rio São Francisco assumem maior relevância pela possibilidade de aproveitamento do potencial criativo e de habilidades da população, em especial da juventude. Em virtude desse cenário, e complementando a oferta de educação profissional, está em implantação o Centro de Treinamento Técnico Corporativo (CTTC) do Pecém, que será referência na capacitação na área da metalurgia, siderurgia, química e petroquímica. A educação superior recebeu investimentos na requalificação das instalações, na implantação e equipamentos dos campi das universidades estaduais em que se destacam o da UECE em Itapipoca, e a Cidade Universitária em Iguatu, que reunirá a FATEC/CENTEC, a UECE e URCA. A política de valorização do ensino superior evidenciou-se ainda na elevação dos salários dos professores em 100%, entre os anos de 2007 e 2010.



As conquistas na área social foram marcadas pelos expressivos investimentos na área da Segurança Pública para implantação do Programa Ronda do Quarteirão, na Região Metropolitana de Fortaleza e cidades acima de 50 mil habitantes, a construção de 50 delegacias no Interior, a instalação da Academia Estadual de Segurança Pública, a Divisão de Homicídios e a Perícia Forense, além da ampliação do efetivo policial.

Saúde na Capital e no Interior foi o objetivo que norteou o fortalecimento do sistema de saúde no Estado com serviços descentralizados de alta resolubilidade e tratamento humanizado nos níveis da atenção secundária e terciária. As principais iniciativas de ampliação da rede de saúde contemplaram o atendimento médico-hospitalar, de consultas e exames especializados e os serviços de urgência, com a construção do Hospital Regional do Cariri, o início do Hospital Geral da Zona Norte, em Sobral, de 21 policlínicas e 16 centros de especialidades odontológicas nas microrregiões de saúde do Estado, como também 32 unidades de pronto atendimento - UPAs, além do serviço do SAMU, em parceria com o Governo Federal.

Para assegurar a infraestrutura requerida para o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida no Estado, projetos estratégicos de Governo devem ser consolidados. Dentre esses, figuram a ampliação do Porto do Pecém, a construção dos trechos 4 e 5 do Eixão das Águas, o Metrô do Cariri e de Sobral, o Metrô de Fortaleza, a melhoria do sistema viário, o Cinturão Digital, capaz de prover a internet banda larga em 82% dos municípios do Ceará. Em articulação e integrados aos grandes projetos estruturantes de impacto econômico – Refinaria e Siderúrgica, parque de Usinas Eólicas, Complexo Industrial Portuário do Pecém, Centro de Feiras e Eventos, Zona de Processamento de Exportação (ZPE), fortalecimento do Agronegócio e apoio à Agricultura Familiar - gerarão novas oportunidades de emprego e renda com reflexos na redução das desigualdades econômico-sociais e regionais.



EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para o período 2012-2015, o Governo continuará a orientar-se por três grandes eixos de política que estruturam a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor, Governo Participativo, Ético, e Competente.

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

A premissa de fazer mais e melhor para todos levou à definição do grande eixo da política de governo “Sociedade Justa e Solidária”. O forte pilar dessa estratégia é a educação básica como vetor de promoção do desenvolvimento pessoal, social e econômico, e geradora de oportunidades para a constituição de uma sociedade sustentável. É importante ressaltar que o Governo já contabiliza avanços por ter adotado como elemento inovador, na primeira gestão, trabalhar a educação de forma compartilhada com os municípios, com foco nos resultados de aprendizagem na idade certa, como base para o novo projeto de desenvolvimento do Estado. No período 2012-2015, as principais diretrizes que norteiam as ações na área temática da Educação continuam a se voltar para a educação básica com qualidade e ênfase no sucesso do aluno, promovida em regime de colaboração com os entes federativos; ao ensino médio comprometido com as premissas de desenvolvimento pessoal, preparação para o mundo do trabalho, afirmação dos valores de solidariedade humana e consciência ecológica; à valorização dos profissionais da Educação para aperfeiçoamento do seu desempenho e qualidade do ensino; à ampliação e melhoria da rede escolar; à gestão educacional que promova a autonomia da escola com efetiva participação da sociedade. Na perspectiva da elevação dos resultados da aprendizagem, a política educacional vislumbra a escola como espaço de desenvolvimento do protagonismo e empreendedorismo juvenil, e, complementarmente, de inclusão, de respeito à diversidade e formadora de um jovem solidário, autônomo e responsável.

Torna-se imperioso, na segunda fase desse projeto de Governo, intensificar os esforços na política de educação superior e profissional, visando a conectar jovens e adultos com o mercado de trabalho, ampliando suas capacidades e gerando conhecimento para promover as potencialidades de cada uma das regiões estaduais. Integrados a essa visão, o desenvolvimento tecnológico, a ciência e a inovação serão instrumentos da política, visando, por sua vez, ao aproveitamento das potencialidades humanas e naturais e meios de transformação econômica e social do Estado. Para tanto, estão definidas diretrizes e ações como tecnologia e inovação aplicadas às políticas públicas; incremento da pesquisa com ênfase na inovação, integração das universidades aos programas de Governo e a tecnologia, a ciência e a inovação aos projetos estruturantes do Estado. No campo do ensino superior e da pesquisa, a desconcentração e interiorização constituem estratégias que se efetivarão com educação técnica e superior a distância, expansão da rede de educação profissional, atração e fixação de pesquisadores no interior estadual, com a concessão de bolsas, e expansão e garantia do acesso à Internet por meio do Cinturão Digital do Ceará. Assegurar a qualificação dos programas de graduação, garantir excelência à pós-graduação e à pesquisa, fortalecer a extensão universitária e tecnológica e a relação Universidade-comunidade e implantar uma política de desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) constituem ainda compromissos da política de ciência, tecnologia, inovação, ensino superior e profissional para o Ceará.



Em igual nível de prioridade, assegurar saúde como direito de todos exigirá do Governo Estadual promover a melhoria da capacidade da gestão do setor para garantir um sistema de saúde humanizado. A política está orientada para consolidar as conquistas já alcançadas de garantia da promoção e prevenção da saúde na atenção primária e assegurar resolubilidade nos níveis da atenção secundária e terciária, avançando na descentralização dos serviços no interior estadual. Nesse sentido, ressaltem-se as iniciativas de maior expressão da política no período do PPA, além do funcionamento do Hospital Regional do Cariri – a criação da quarta macrorregião de saúde, com a construção do Hospital Geral do Sertão Central, a conclusão do Hospital Geral da Zona Norte e a implantação de um Hospital de Urgência e Emergência em Fortaleza. Impõem-se também, como relevantes, as diretrizes de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a consolidação da estratégia de consórcios públicos de saúde para a gestão dos serviços e equipamentos de abrangência regional, a ampliação do acesso da população a serviços de saúde especializados com a consolidação das policlínicas e centros de especialidades odontológicas, a universalização do SAMU no Estado, a ampliação da assistência farmacêutica, a profissionalização e a qualificação da gestão na saúde. Todas essas diretrizes e ações não dispensam a atuação do Governo do Estado no nível da atenção básica, em especial, na universalização da estratégia de Saúde da Família.

A determinação política de enfrentar a criminalidade e a violência e melhorar o sentimento de segurança e tranquilidade dos cearenses continuará a exigir do Governo investimentos em serviços de inteligência e articulação com as redes de segurança estaduais e nacional. Ademais, para garantir a qualidade dos serviços de proteção e defesa do cidadão, terá destaque a ampliação da estratégia de polícia comunitária com o aperfeiçoamento e fortalecimento do Programa Ronda do Quarteirão, a modernização científica e tecnológica, a melhoria dos serviços de prevenção do risco, acidentes e desastres e a valorização dos profissionais da área de segurança e sistema prisional. O combate ao tráfico e prevenção ao uso de drogas, como também da violência social de gênero, sexual, de raça e etnia exigirão tratamento intersetorial das políticas governamentais e entretanto, a política de segurança pública não poderá prescindir do papel da comunidade nesse processo e, portanto, atuará com o apoio dos conselhos comunitários de segurança pública e defesa social.

Garantir à sociedade segurança e justiça requer também a melhoria da gestão do sistema penitenciário, bem como a ressocialização, a capacitação profissional de presos e egressos do sistema penal. O Governo fortalecerá as ações para o exercício da cidadania e assegurará o respeito aos direitos humanos. A garantia ao cidadão dos direitos de defesa e acesso à justiça integral e gratuita terá como principal meta contemplar 100% das comarcas do interior estadual com serviços da Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE) com a ampliação do número de defensores públicos em todo o Estado. Junto a essas ações, expandir e modernizar os núcleos de atendimento da DPGE, prestando atendimento com equipe multidisciplinar, realizar ações itinerantes de assistência nos locais de acesso difícil ou regiões de conflitos, bem como à população carcerária hipossuficiente do sistema prisional são iniciativas que objetivam estimular uma cultura de paz e não violência no Estado.



Considerando o elevado índice de pobreza no Ceará, a área de Desenvolvimento Social terá como principal desafio implantar a política estadual de apoio à universalização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, portanto, à consolidação do sistema. Na área da Proteção Social Básica, além da ampliação da rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, com base na família, terá ênfase a integração de ações de atenção à juventude, à pessoa idosa e à pessoa com deficiência. Por um Ceará inclusivo, garantindo à população participação na vida social, econômica, cultural, o Governo adotará ainda, como diretrizes para o desenvolvimento de suas ações: implantação do sistema de segurança alimentar e nutricional, enfrentamento à discriminação de gênero e à diversidade sexual, combate à discriminação e à desigualdade racial.

Visando a romper com o modelo de política que perpetua a pobreza, constitui importante enfoque a inclusão produtiva e social da população carente, conjugando ações de assistência com geração de oportunidades para a inserção no mercado de trabalho de micro e pequenos empreendedores, apoio a empreendimentos individuais, associativos, artesanais e redes de economia solidária. Alia-da a essa linha da política, a educação profissional inicial e continuada, técnica, tecnológica, focada na expansão do mercado de trabalho, nos médios e grandes empreendimentos, a geração de ocupação, emprego e renda nas cadeias produtivas de maior potencial no Estado, como turismo, serviços, agronegócio, artesanato e nos projetos estruturantes resumem as diretrizes governamentais para a área do trabalho.

O Governo atuará segundo um novo paradigma de política pública da Cultura, enfatizando o seu significado histórico e contemporâneo no Estado, a cidadania e inserção econômica. As diretrizes visam a avançar na ampliação do acesso aos bens culturais, no fortalecimento do processo da gestão democrática, tendo como um dos instrumentos a institucionalização dos fóruns regionais visando à valorização da identidade cultural das regiões cearenses. Para efetivar os objetivos propostos, as principais ações estarão voltadas ao incentivo aos talentos artísticos e culturais, à valorização e preservação da memória cultural do Estado e ao estímulo à leitura como movimentos de transformação da sociedade cearense. Para efetivação da política proposta, o Governo buscará potencializar os recursos legais de incentivo à cultura, articulando-se com o setor privado para assegurar o financiamento da produção e a socialização de bens culturais.

A promoção do Esporte e Lazer se dará na perspectiva de atividades de integração social e de cidadania, de inclusão e como promotores da qualidade de vida e, portanto, da formação integral das pessoas. É nesse âmbito que a política para o setor se orientará pelas diretrizes de formação do sistema estadual de esporte e lazer, com realização de conferências, implantação de fórum permanente de discussão das políticas, entre outras ações, capacitação e formação continuada e permanente de profissionais, práticas esportivas educacionais que estimulem o desenvolvimento integral de crianças e jovens, como programa segundo tempo na escola, democratização do acesso à prática do esporte, promoção do esporte de rendimento para projetar o Ceará no cenário esportivo nacional e internacional, apoio ao aproveitamento das condições naturais favoráveis à prática de *kitesurf*, *bodyboard*, *surf*, *windsurf*, visando ao incremento do turismo esportivo. A consolidação de investimentos públicos na infraestrutura esportiva contemplará atletas, jovens, idosos, pessoas com deficiência com a instalação de equipamentos socioesportivos, implantação de ciclovias, pistas de skate, preparação de talentos cearenses para as Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016.



Não se poderia deixar de conferir destaque especial no período do PPA 2012 -2015 às diretrizes traçadas pelo Governo para a realização da Copa do Mundo de 2014; além da criação da Secretaria Especial da Copa, com a função precípua de coordenar as ações interinstitucionais e intersetoriais para a realização das obras e serviços essenciais para a realização do evento. Nesse sentido, ressaltam-se a reforma, modernização e adequação do Estádio Castelão, a coordenação, o monitoramento e a avaliação da execução da Matriz de Responsabilidades celebrada entre as esferas federal, estadual e municipal, além da articulação intersetorial permanente com o Comitê Gestor da Copa 2014 – GECOPA, gerenciado pelo Ministério do Esporte e Casa Civil do Governo Federal no que se refere às áreas de interesse das diversas câmaras temáticas.

Para a realização das políticas integrantes do eixo Sociedade Justa e Solidária, serão decisivos a integração com as políticas nacionais, o aporte dos recursos de transferência do Governo Federal e a cooperação com os municípios cearenses.



ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

O Eixo voltado a desenvolver a economia para uma vida melhor exige a superação do grande desafio de conjugar estratégias de crescimento econômico com uma gestão ambiental, que garanta sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, com organização do território e inclusão social. Significa promover o desenvolvimento com inclusão produtiva da população, expandindo o emprego e a renda e reduzindo as disparidades regionais.

“Economia para uma Vida Melhor” no Estado busca o crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. O avanço proposto para a economia exige inovações, ao mesmo tempo que requererá investimentos em infraestrutura hídrica, de transporte e comunicação, e para o fortalecimento do setor energético no Estado. Tais estratégias, somadas à promoção do desenvolvimento urbano a partir de uma visão regional, são determinantes para o ordenamento territorial com redução dos desequilíbrios de renda e riqueza entre as regiões.

A política voltada à economia aponta para um desenvolvimento sustentável com manutenção de aumento do PIB acima da média nacional, proporcionando mais oportunidades e melhoria contínua de qualidade de vida da população. Essa estratégia se apoia no setor de Comércio e Serviços como indutores do crescimento baseado na promoção da capacidade competitiva das empresas e melhoria do ambiente de negócios no Estado. Para o setor industrial, as propostas objetivam a complementação da infraestrutura, atrair investimentos privados, inclusive para o interior do Estado, bem como capacitar recursos humanos e apoiar o segmento de micro e pequenas empresas no Estado. O Governo trabalhará no sentido de uma indústria e mineração cada vez mais competitiva e inovadora, articulada nacional e internacionalmente e em sintonia com as demandas de mercado, gerando riqueza para distribuir renda. As diretrizes na área do desenvolvimento econômico são emblemáticas desta gestão: consolidação de empreendimentos estruturantes como ZPE, Refinaria, Projeto Itataia e Polo Industrial da Saúde (PITS), fomentando as cadeias produtivas e estimulando o fluxo de novas inversões. O incentivo ao agronegócio, com o fomento de novos investimentos, gerará desenvolvimento no meio rural com a ampliação da criação de trabalho e renda para o homem do campo. Como política de fomento, os incentivos fiscais do Estado visam a intensificar a interiorização do desenvolvimento econômico.

Como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável da economia, o Governo concedeu enfoque especial à área temática da Pesca e Aquicultura, com a criação da Secretaria para tratar de forma exclusiva desse tema. A diretriz maior aponta para promover, incentivar e melhorar a coordenação das ações setoriais, como revitalização da pesca artesanal marítima, fomento e assistência técnica para o desenvolvimento da pesca e piscicultura em águas continentais, implantação de projetos de maricultura para geração de renda em pequenas comunidades pesqueiras litorâneas, ordenamento da carcinocultura econômica, social e ambientalmente sustentável e formação continuada dos profissionais, técnicos e pesquisadores vinculados à cadeia produtiva do setor.



Promover a coesão dos territórios rurais com o fortalecimento da Agricultura Familiar, priorizando ações conjuntas de redução da vulnerabilidade às secas e de extensão rural que resultem na adoção de inovações tecnológicas, segurança alimentar e formação de capital social constituem estratégias articuladas da política de desenvolvimento agrário para o avanço sustentável do meio rural, com inclusão social da população dele dependente. Constituem-se, pois, nas principais diretrizes do setor: desenvolvimento territorial e vida no semiárido – consolidação dos territórios rurais como unidades de planejamento, integração e gestão de políticas públicas; organização da produção e comercialização com quantidade, qualidade e regularidade; transição agroecológica para a convivência com o semiárido – incentivo à produção agroecológica; regularização fundiária; universalização do acesso à água e ao saneamento básico no meio rural; ampliação da infraestrutura produtiva e social (energia, armazenamento, transporte, centrais de comercialização); inovação tecnológica, produtiva e ambiental; aprimoramento da assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento rural solidário; defesa agorpecuária; educação do campo (Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e ampliação da educação profissional do campo.

A política para o Turismo no Estado se resume no objetivo estratégico de tornar o Ceará um dos principais destinos turísticos de lazer e eventos do Brasil, reconhecido como um vetor de desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social. Esse objetivo exige os investimentos na infraestrutura – saneamento e destinação final de resíduos sólidos nos polos turísticos, transporte aéreo regional, nacional e internacional, adequação da estrutura de rodovias, equipamentos turísticos; promoção e marketing com a parceria dos os agentes da cadeia produtiva do setor; gestão por meio da interação dos órgãos governamentais, iniciativa privada e sociedade civil e da eficiência operacional dos equipamentos turísticos; qualificação dos profissionais e pesquisa; desenvolvimento de ações articuladas com as áreas do meio ambiente e da cultura para valorização do patrimônio natural e cultural. A construção do Centro de Feiras e Eventos representará um marco na política estadual do Turismo e deverá conferir destaque ao Ceará no País, como, ainda, ampliará sua competitividade no cenário internacional.

No eixo da política em foco, o grande desafio que se impõe é promover o desenvolvimento sustentável, harmonizando o crescimento econômico, com a desconcentração regional e o respeito ao meio ambiente. Como tema transversal da política pública, o meio ambiente se insere no objetivo estratégico de promover o desenvolvimento sustentável, regional e integrado, estimulando as aptidões locais com equilíbrio e qualidade de vida. Para isso se impõem como diretrizes fundamentais o fortalecimento do Sistema Estadual do Meio Ambiente; a criação de uma política estadual de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases causadores do aquecimento global, fortalecimento da política estadual de florestas e da biodiversidade e, em especial, planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico com justiça socioambiental considerando a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE e o Zoneamento Ecológico Econômico como instrumentos de planejamento e gestão das políticas ambientais.



Para prover a infraestrutura de suporte ao desenvolvimento com sustentabilidade, o Governo Estadual estabeleceu como providências prioritárias a elaboração e implantação do Plano Estadual de Logística e Transporte; universalizar a oferta de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais e estimular a oferta de energia de fontes renováveis, como a energia eólica, e a utilização de tecnologias modernas de suprimento de energia em instalações hospitalares, empreendimentos turísticos e esportivos. Compõe a diretriz na área de comunicação a integração do sistema de comunicação para acesso aos polos de desenvolvimento do Estado. Na atual fase de desenvolvimento do Estado é vital o fortalecimento da infraestrutura logística, compreendendo a ampliação do Porto do Pecém, diversificação da política de portos (plano de aproveitamento dos portos de Fortaleza, Camocim, Acaraú, Aracati e Icapuí), a implantação das políticas de rodovias, ferrovias e aeroportos, ampliação e adequação da malha rodoviária, do sistema metroviário e da rede de aeroportos regionais. Destaquem-se entre as ações mais importantes, a implantação do arco rodoviário metropolitano – Chorozinho ao Porto do Pecém, articulações com o Governo Federal para ampliação dos aeroportos de Fortaleza e Juazeiro do Norte, o estudo para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos entre Juazeiro do Norte e Barbalha e entre Parangaba e Mucuripe, ações estaduais para viabilização da Transnordestina. Nesse sentido, o Governo do Estado adotou a iniciativa de encaminhar projetos de financiamento a organismos nacionais e internacionais, bem como alocou recursos no PPA para complementação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal no Estado.

A visão de desenvolvimento regional no Estado envolve, necessariamente, o fortalecimento das aptidões regionais, com uma estruturação mais equilibrada da rede urbana. Isso se traduz em implantar uma política de desenvolvimento que reduza o desequilíbrio regional, contribua para minorar a desigualdade socioeconômica, a concentração de renda, gerando oportunidades nas regiões do Ceará. Assim, a política se volta para o desenvolvimento urbano e integração regional com o apoio institucional aos municípios, para o planejamento e controle urbano e ambiental. A estratégia de ampliação da oferta de saneamento básico atenderá a diretriz de universalização dos serviços de água em pequenos centros urbanos e zonas rurais e de esgotamento sanitário, com uso de soluções alternativas. Por sua vez, a melhoria das condições de habitabilidade para as populações de baixa renda integra-se às estratégias de redução da exclusão social. A política habitacional tem o objetivo de reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições da moradia e do seu entorno. A diretriz de sustentabilidade do território na área temática em foco, tem como ação prioritária o fortalecimento de cidades-polo como instrumento de dinamização da socioeconomia estadual. Integra ainda a estratégia de desenvolvimento regional e local no Estado o fortalecimento de arranjos produtivos locais, os quais oferecem potencial competitivo, ao mesmo tempo em que são capazes de articular médias e pequenas empresas com impacto significativo na geração de trabalho nas regiões estaduais.

Em especial no Ceará, é importante, tanto para o crescimento econômico quanto para a melhoria da qualidade de vida, a expansão da infraestrutura hídrica para assegurar de forma permanente a oferta de água. A política observará o objetivo de garantir água com qualidade e quantidade adequadas às diversas demandas da população, tendo por princípios: a visão integrada sobre os usos, a participação da sociedade na gestão dos sistemas hídricos, a equidade social e a preser-



vação ambiental. Estão definidas como diretrizes que levam até o alcance desse objetivo: gestão descentralizada, integrada e participativa dos recursos hídricos, água para todos, aproveitamento socioeconômico dos recursos hídricos disponíveis, integração da infraestrutura hídrica local com o Projeto do rio São Francisco, uso racional e preservação da água, sistemas de informações cartográficas em escala adequada. Então, cumpre concluir que a conclusão do Eixão das Águas (barragem do Castanhão/sistema de Fortaleza/Pecém) e a transposição do rio São Francisco são imprescindíveis na estratégia no atendimento da “primeira água” (consumo humano) e da “segunda água” (consumo para produção) para o desenvolvimento estadual.



GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

O Governo estadual, atualizado com o novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, de um país moderno, igualitário, diverso e soberano, propõe para o período 2012-2015, políticas públicas inovadoras, que pressupõe a intersetorialidade para a garantia de direitos e a redução das desigualdades sociais. Desta forma, é que cabe salientar neste eixo da política, a reestruturação organizacional promovida no Gabinete do Governador para abrigar a nova competência de coordenar as políticas transversais voltadas à juventude, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, à promoção da igualdade racial, à proteção e promoção dos direitos humanos e à prevenção integral ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Esse novo foco da gestão governamental trouxe para o presente PPA, os programas multissetoriais de Juventude, Equidade de Gênero, Igualdade Étnico-racial, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Enfrentamento às Drogas, Atenção à Pessoa Idosa, Atenção à Pessoa com Deficiência, executados por diversas secretarias setoriais e tendo como órgão gestor o Gabinete do Governador.

Realizar uma gestão que obtenha a aprovação do cidadão cearense requer, antes de tudo, buscar excelência na administração pública, por meio de métodos, técnicas e processos inovadores de gestão, fortalecendo a governança democrática e transparente. Para cumprir com esse objetivo, o Governo assume o compromisso de conferir transparência às suas ações, seja na publicização das suas informações, no relacionamento com os meios de comunicação, no diálogo com representações da sociedade, ou nas relações com os poderes constituídos. O aperfeiçoamento da articulação e da cooperação, pressupõe uma agenda compartilhada de gestão com os outros poderes e níveis de governo, essencial à execução dos projetos públicos em parceria, à formação dos consórcios para gerir equipamentos de interesse público, ao Programa de Cooperação Federativa – parceria com o Legislativo estadual. Com o objetivo de alavancar investimentos em áreas estratégicas do desenvolvimento estadual, o Governo aprofundará as relações com as instituições multilaterais e com governos de outros países.

O aperfeiçoamento do processo democrático passou a exigir novos espaços de participação e negociação para uma melhor sintonia entre o projeto de Governo e o que a sociedade elege como prioridade. Foi a partir desse reconhecimento, que a presente gestão estabeleceu, entre as suas diretrizes, o aperfeiçoamento da relação entre o Governo e a Sociedade, com o aprimoramento dos atuais canais de gestão participativa na formulação e controle das políticas públicas. A iniciativa de realização do “Governo na Minha Cidade” já se constitui marca da gestão, assim como o processo de elaboração e monitoramento participativo do PPA nas regiões estaduais. Importa ressaltar, por sua vez, a ausculta, realizada na elaboração do Plano, às instâncias de participação e conselhos setoriais e/ou temáticos como Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Assistência Social, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Cidades, Segurança Pública entre outros, e a articulação de suas propostas com as prioridades colhidas nas oficinas regionais e com as linhas estratégicas das políticas setoriais.



Ainda com o objetivo de manter a transparência, a ausculta à população será facilitada com o canal de acesso ao governo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e dos ouvidores das demais secretarias. O Governo compromete-se ainda com uma comunicação social com qualidade, voltada para esclarecer o cidadão. A política de gestão potencializará a utilização da Internet como instrumento de divulgação das ações e prestação das contas do Governo e como espaço de interação entre as secretarias e seu público-alvo.

Para cumprir o ciclo que envolve planejamento, monitoramento, avaliação e retroalimentação das ações planejadas, é fundamental a consolidação do modelo de Gestão Pública por Resultados – GPR, em implementação no âmbito da administração estadual. A melhoria do processo de coordenação das atividades de planejamento e a maior integração entre os órgãos estaduais serão possíveis com o fortalecimento da rede estadual de planejamento - implantação das Unidades Setoriais de Planejamento com os Escritórios de Gerenciamento de Projetos - com que se pretende alcançar maior eficiência e eficácia na execução dos projetos governamentais.

A modernização da gestão, compreendendo o redesenho de processos, informatização dos serviços, integração de sistemas exigirão investimentos elevados em tecnologia da informação e telecomunicações, a exemplo da rede de banda larga, que dará cobertura aos municípios cearenses do interior estadual.

A relação entre o Estado e o servidor público está sendo implementada com a Mesa Estadual de Negociação Permanente, além de ações programadas de capacitação de servidores em várias áreas do serviço público, inclusive no campo dos novos paradigmas da gestão pública.

A gestão fiscal e financeira do Governo estadual deverá assegurar os recursos financeiros para o cumprimento das metas estabelecidas. Para tanto, é condição indispensável modernizar o sistema de arrecadação visando aperfeiçoar o controle do cumprimento das obrigações tributárias por parte do contribuinte, com aplicação de novas técnicas e metodologias de arrecadação e fiscalização, objetivando o aumento da receita tributária. As medidas na área fazendária visam ainda aperfeiçoar a política de incentivos fiscais com vistas à ampliação de empregos e à redução das desigualdades regionais. Por fim, para financiar o desenvolvimento que se vislumbra no Estado, o Governo vem buscando implementar as parcerias público-privadas, enquanto a racionalização e o controle da qualidade dos gastos, sejam na área do custeio da máquina pública ou das despesas finalísticas, serão perseguidos com vistas a manter o crescimento da capacidade de investimentos e ampliar resultados de governo para toda população.



RESULTADOS ESTRATÉGICOS DE GOVERNO

Os resultados a serem alcançados no período de governo 2012-2015 derivam das três amplas diretrizes estratégicas de governo, que orientam uma gestão voltada para resultados, sintetizadas pelos eixos de articulação políticos já referidos: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor e Estado Participativo, Ético e Competente.

Os resultados estratégicos de governo expressam os grandes compromissos do governo com a sociedade e, em sua essência, representam o desejo de proporcionar melhores condições de vida à população, podendo ser aferidos pelo alcance de novos patamares de evolução nos indicadores sociais, econômicos e de gestão.

Os resultados alcançados são efeitos dos programas de governo, que ocorrem a curto e médio prazos, ou correspondem a transformações sociais que impactam positivamente sobre a vida dos cidadãos, decorrentes das intervenções governamentais continuadas e de longo prazo.

Esses resultados estratégicos aqui apresentados foram redefinidos para o atual período de governo em um Seminário de Gestão por Resultados promovido pela Casa Civil e Secretaria do Planejamento e Gestão - Seplag, em 2011, com a participação de secretários, especialistas e técnicos do Governo.

Os resultados e indicadores acordados serão monitorados pelo Governo e disponibilizados à sociedade como uma das principais ferramentas para aferir os avanços e desafios no âmbito do Estado e, também, como elemento importante para dar transparência à atuação de governo.



Eixo - Sociedade justa e solidária

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
Educação básica ampliada e com qualidade			
IDEB - Ensino Fundamental Total do Estado - 1ª fase (1)	2009	INEP/MEC	4,4
IDEB - Ensino Fundamental Total do Estado - 2ª fase (1)	2009	INEP/MEC	3,9
IDEB - Ensino Médio na Rede Estadual do Ceará (1)	2009	INEP/MEC	3,4
Taxa de analfabetismo (15 anos e mais) (%)	2010	CENSO/IBGE	18,8
Taxa de escolarização do Ensino Médio (%) (2)	2010	SEDUC	52,3
Escolaridade média pessoas de 15 anos e mais (3)	2009	PNAD/IBGE	6,5
Educação superior e profissionalizante com ênfase nas potencialidades do Estado			
Número de graduados pelo Sistema Estadual de Ensino superior	2010	SECITECE	5.312
Número de pessoas formadas em cursos Técnicos	2010	SECITECE	155
Número de pessoas beneficiadas com cursos de Extensão	2010	SECITECE	33.492
População com acesso à saúde descentralizada e com qualidade			
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	2010	SESA	13,1 (4)
Razão da mortalidade materna	2010	SESA	52,80 (4)
Taxa de internação por diarreia em menores de 5 anos (por mil crianças)	2010	SESA	7,4 (4)
Percentual de transferências de pacientes reguladas pela CRESUS	2010	SESA	51,00
População urbana beneficiada com abastecimento de água (%)	2009	SCIDADES	92,14
População urbana beneficiada com rede de esgotamento sanitário (%)	2009	SCIDADES	32,15
População mais segura e com garantia de direitos			
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil hab.	2010	SSPDS	31,1 (4)
Índice de violência sexual contra crianças e adolescentes	2010	SSPDS	15,14 (4)
Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social			
Taxa de ocupação jovens de 15 a 24 anos (%)	2009	PNAD/IBGE	52,9
Percentual de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos 4 anos de estudo	2009	PNAD/IBGE	92,7
Percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham	2009	PNAD/IBGE	19,5

(1) O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho, realizado em anos ímpares.

(2) Percentual da população de 15 a 17 anos que está matriculada no nível médio de ensino.

(3) Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais.

(4) Dados preliminares, sujeitos à retificação.

(1) O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho, realizado em anos ímpares.

(2) Percentual da população de 15 a 17 anos que está matriculada no nível médio de ensino.

(3) Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais.

(4) Dados preliminares, sujeitos à retificação.



Eixo - Economia para uma vida melhor

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
Crescimento econômico com Competitividade			
PIB (Valor corrente preços de mercado – R\$ milhão)	2010	IPECE	74.949
PIB per capita (R\$)	2010	IPECE	8.858,00
Taxa de crescimento do PIB com relação ao ano anterior (%)	2010	IPECE	7,9
Saldo de empregos formais (novos postos)	2010	IPECE	84.550
Valor das Exportações (US\$ Milhão)	2010	IPECE	1.269,50
Aumento da Sustentabilidade Ambiental			
Percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – Ucs	2010	CONPAM	22,05
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	2010	SCIDADES	93,88
População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	2010	SCIDADES	6,30
Redução das desigualdades interregionais			
Índice de GINI Espacial (macrorregiões)	2008	IPECE	0,6081
Razão PIB Interior/RMF (5)	2008	IPECE	0,5773
Razão de empregos formais interior/RMF (5)	2009	RAIS/MTE	0,47
Índice de interiorização do turismo (%)	2010	SETUR	69,6
Sociedade com renda maior e melhor distribuída			
Renda domiciliar per capita (em sal. mín.)	2010	CENSO/IBGE	0,92
Proporção de pobres (1/2 sal.mín.) (6)	2010	CENSO/IBGE	53,66
Proporção de extremamente pobres (R\$ 70,00)	2010	CENSO/IBGE	15,34
Índice de GINI da renda domiciliar per capita	2009	IPECE	0,543
Renda domiciliar per capita na zona rural (em sal. mín.)	2010	CENSO/IBGE	0,41
Infraestrutura estratégica ampliada			
Movimentação de cargas terminal Pecém exceto granel líquido (mil ton/ano)	2010	SEINFRA	3.155,00
Capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais (bilhão m3)	2010	SRH	7,23

(5) Foi considerado interior o total do Estado menos o valor da RMF.

(6) Linha de pobreza igual a ½ salário mínimo per capita.

(5) Foi considerado interior o total do Estado menos o valor da RMF.

(6) Linha de pobreza igual a ½ salário mínimo per capita.



Eixo - Governo participativo, ético e competente

Resultado / Indicadores	Ano	Fonte de verificação	Valores
Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas			
Percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Tesouro)	2010	Seplag	90,44
Resolutividade das demandas apresentadas à Ouvidoria (%)	2010	CGE	92,39
Serviço público qualificado e ágil			
Número de pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania (7)	2010	SEJUS	356.794
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (min)	2010	SSPDS	14,40
Aumento da capacidade de investimento do Estado			
Investimento / Receita corrente líquida (%)	2010	Seplag	30,8
Resultado primário (R\$ milhões)	2010	Seplag	887,16
Nível de endividamento (dívida consolidada líquida/ receita corrente líquida) (%)	2010	Seplag	27,73
Eficiência nos gastos públicos			
Outras despesas correntes/ receita corrente líquida (%)	2010	Seplag	50,1
Gastos correntes finalísticos / despesa total (%)	2010	Seplag	18,3

(7) Atendimentos nas casas do cidadão, nos caminhões da Cidadania, nas casas de Mediação e nos Conselhos e Programas vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania.

(7) Atendimentos nas casas do cidadão, nos caminhões da Cidadania, nas casas de Mediação e nos Conselhos e Programas vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania.



COMPROMISSOS REGIONAIS

1. Contextualização

O Governo do Estado do Ceará, quando da elaboração do PPA 2012-2015, reforça a incorporação dos princípios da participação social e da dimensão territorial, objetivando dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos, aos resultados obtidos e explicitar a distribuição regional das metas e gastos governamentais.

A incorporação da dimensão territorial focada na orientação da alocação dos investimentos visa ao equilíbrio territorial, à superação dos desafios e à potencialização das oportunidades regionais. Centrado no princípio da participação social o Governo buscou aprofundar a democracia participativa com a realização de dezessete “Oficinas Regionais” para dialogar com representações da sociedade, do poder local e do setor privado dos 184 municípios cearenses organizados em espaços microrregionais. Além das oficinas regionais, foi estabelecido diálogo com os conselhos de políticas públicas, a fim de que indicassem propostas prioritárias de atuação do Governo.

O trabalho das oficinas, desenvolvido sob a coordenação conjunta da Vice-Governadoria e Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag, com apoio e equipes técnicas das diversas secretarias setoriais, propiciou aos participantes a oportunidade de indicar propostas de ações/iniciativas voltadas às necessidades de sua região para compor a programação de cada área temática do PPA. Referida indicação de propostas foi subsidiada pelas discussões e análise da realidade dos territórios à luz dos indicadores regionais e por demandas organizadas (propostas de ações) consolidadas em trabalhos participativos, como:

- “Diretrizes para o Plano de Governo – DPG”: documento elaborado por grupos de trabalho que apoiaram a recondução do atual governo, formados por volta de dez mil pessoas pertencentes às diversas regiões do Estado do Ceará, que compartilharam ideias, experiências e expectativas com vistas a traçar o caminho de um “Ceará melhor para todos”;
- “Carta dos Municípios Cearenses”: documento resultante da “I Marcha Municipalista do Ceará – Debatedo os Desafios da Gestão Pública Inovadora”, com origem em 10 encontros regionais promovidos pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável – PTDRS”: constituído de forma regionalizada e participativa, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA – objetiva a gestão social e sustentável dos diversos territórios estaduais;
- “Relatório do IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado/2010”: resultado de uma parceria firmada entre a Vice-Governadoria e a Seplag, o IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado foi realizado em novembro de 2010 e significou a culminância do processo desenvolvido nos quatro anos da gestão por meio do fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública.



A metodologia adotada nas oficinas possibilitou também um momento para superar a visão setorial, dando lugar a uma reflexão mais ampla sobre a dimensão do regional, da intersetorialidade e do compartilhamento das responsabilidades entre os diversos agentes sociais no enfrentamento às desigualdades regionais ainda existentes, com a priorização de “Temas Estratégicos”¹. Tais proposições, em consonância com indicadores das realidades regionais, serviram de subsídios para a formulação de “Compromissos Regionais”, constituindo-se estes em declarações de governo para realização de estratégias e acompanhamento de um desenvolvimento integrado das regiões do Estado, com maior participação social, mais equidade e sustentabilidade.

2. Compromissos Regionais por Macrorregiões de Planejamento

Os Compromissos Regionais apresentam-se como um elemento dinamizador da estratégia de articulação de parcerias² e da intersetorialidade, premissas contidas nas diretrizes do Plano de Governo. Pactuar com as regiões e os agentes locais, portanto, é o imperativo no alcance dos Compromissos Regionais priorizados e definidos conforme eixos da política, área temática e macrorregião de planejamento abaixo:

EIXO - SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

COMPROMISSO REGIONAL	MACRORREGIÃO/SEDE DA OFICINA
ÁREA TEMÁTICA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA (35%)	
Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.	RMF (Fortaleza) Litoral Oeste (Itapipoca) Sertão dos Inhamuns (Crateús) Sertão Central (Canindé e Mombaça). Cariri / Centro Sul (Juazeiro do Norte)
ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE (23%)	
Garantia da resolutividade da atenção à saúde de média complexidade com ações intersetoriais, prioritariamente voltadas ao combate às drogas e acidentes de trânsito.	Sobral/Ibiapaba (Tianguá)
Fortalecimento da atenção à saúde através de uma rede regionalizada, integrando os níveis primário, secundário e terciário, com a construção do Hospital Regional do Litoral Leste/Jaguaribe.	Litoral Leste/Jaguaribe (Jaguaribe e Aracati)
Redimensionamento da regionalização da saúde incorporando Jaguaribe como Município Pólo.	
Fortalecimento e qualificação da atenção à saúde na média complexidade, e das ações intersetoriais para urgência e emergência e dependentes químicos e educação permanente em saúde.	Cariri/Centro Sul (Juazeiro do Norte)
ÁREA TEMÁTICA: CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL, (12%)	
Criação de novos cursos públicos e gratuitos de graduação e pós graduação (lato sensu e stricto sensu) na UECE, nas áreas humana, de saúde e de tecnologia.	Sertão dos Inhamuns (Tauá)
Oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica na região do Sertão Central.	Sertão Central (Quixeramobim)

¹ Tema de relevância para o desenvolvimento do território, pensado com base em seus ativos, de suas potencialidades e vocações, ou ainda com suporte em alguma demanda histórica.

² Articulação de parcerias pressupõe uma atitude cooperativa na complementaridade necessária aos desafios da multidimensionalidade do desenvolvimento territorial. Parceiros precisam ter parte e ser parte dos resultados das ações implementadas.



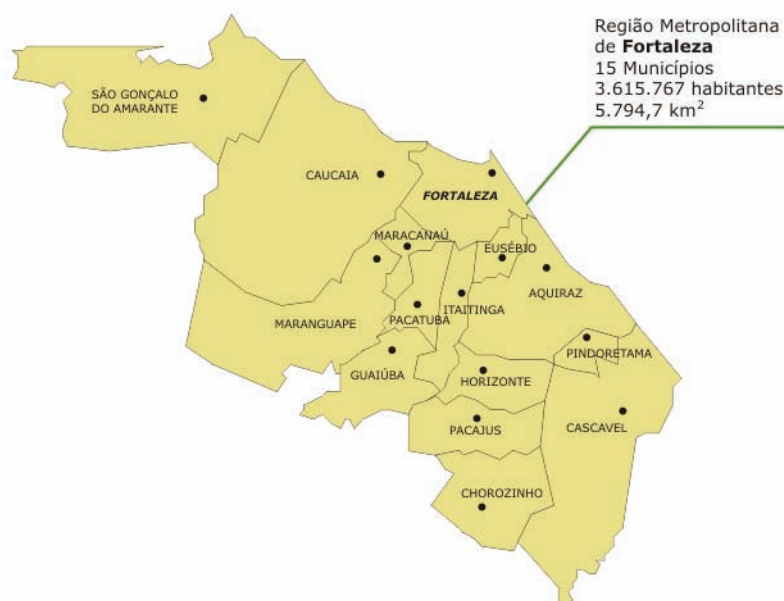
EIXO - ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

COMPROMISSO REGIONAL	MACRORREGIÃO/SEDE DA OFICINA
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA (6,05,9%)	
Desenvolvimento das cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesa e aqüicultura sustentáveis com ATER/ATEPA (Assistência Técnica Piscícola e Aquícola).	Litoral Oeste (Camocim)
ÁREA TEMÁTICA: INFRA ESTRUTURA E LOGÍSTICA (5,9%)	
Integração da malha viária da região.	Sobral/Ibiapaba (Sobral)
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL (5,9%)	
Saneamento ambiental: água e esgoto para todo o Maciço de Baturité.	Baturité (Baturité)
ÁREA TEMÁTICA: RECURSOS HÍDRICOS (11,8%)	
Revitalização da Bacia do Salgado integrando-a ao Canal da Transposição (Eixão das Águas) articulada com o desenvolvimento das cadeias de produção da: Fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e a bovinocultura de leite.	Cariri/Centro Sul (Brejo Santo)
Aproveitamento e ampliação dos Recursos Hídricos de maneira racional e sustentável.	Cariri/Centro Sul (Icó)

O Governo do Estado do Ceará, ao propor os Compromissos Regionais, avança na consolidação de instrumentos com potencial de promover a redução das desigualdades regionais e de estabelecer uma dinâmica “viva” nas relações de governança social, conforme expresso no detalhamento abaixo:

2.1 Macrorregião da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF

1 - Região Metropolitana de Fortaleza - RMF

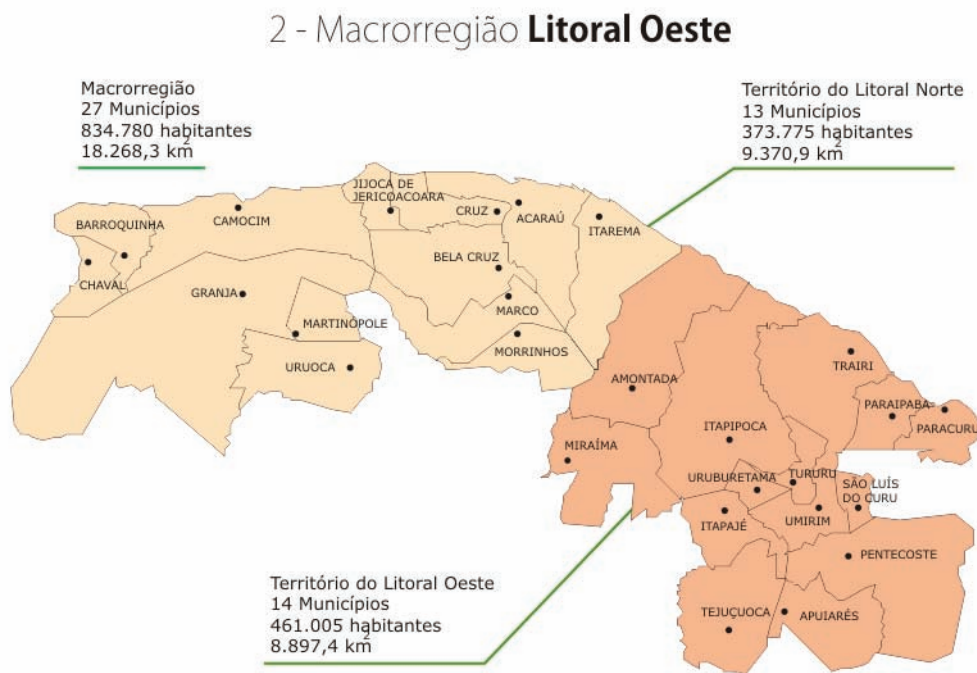


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010



Com base em uma demanda histórica na área da Segurança Pública, os participantes da oficina regional da RMF consideraram como mais relevante a necessidade de uma intervenção efetiva sobre o crescente número de usuários de drogas, o que causa transtornos de ordem familiar e na sociedade, tendo como consequência o avanço dos índices de criminalidade. Similar a outras regiões, ficou evidente a necessidade da elaboração de uma agenda governamental do Estado do Ceará para responder ao desafio do enfrentamento ao uso de drogas ilícitas na Região, mediante a integração de suas políticas setoriais com a Política Nacional sobre Drogas, da descentralização das ações e estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais, além da ampliação e do fortalecimento da cooperação internacional, voltados a uma melhor compreensão e abordagem deste tema. Com efeito, para a macrorregião da RMF, foi definido o seguinte Compromisso Regional: **Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.**

2.2 Macrorregião Litoral Oeste





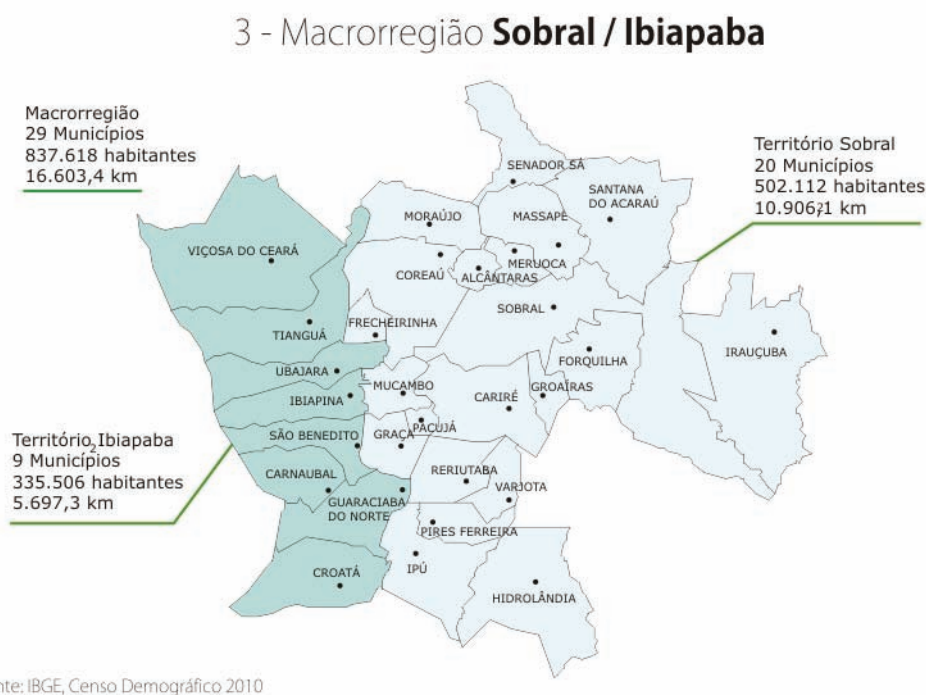
2.2.1 Território Litoral Norte

Os participantes do Território do Litoral Norte, com base na necessidade de potencializar vocações originárias das cadeias produtivas e turísticas da região, afirmaram que o incremento e a sustentabilidade da renda do agricultor, sua inclusão produtiva e social dependeriam do fortalecimento das cadeias produtivas por meio da assistência técnica continuada, das condições de infraestrutura, de uma agricultura familiar fortalecida e da recuperação das áreas degradadas. Assim, apontaram como estratégico o seguinte Compromisso Regional: **Desenvolvimento das cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesca e aquicultura sustentáveis com ATER/ATEPA (Assistência Técnica Piscícola Aquícola).**

2.2.2 Território Litoral Oeste

Demanda recorrente em outras regiões, os participantes dos municípios do Território do Litoral Oeste expressaram também a questão da Segurança Pública com foco no enfrentamento às drogas. De tal sorte, indicaram como estratégico **o fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.**

2.3 Macrorregião Sobral / Ibiapaba





2.3.1 Território de Sobral

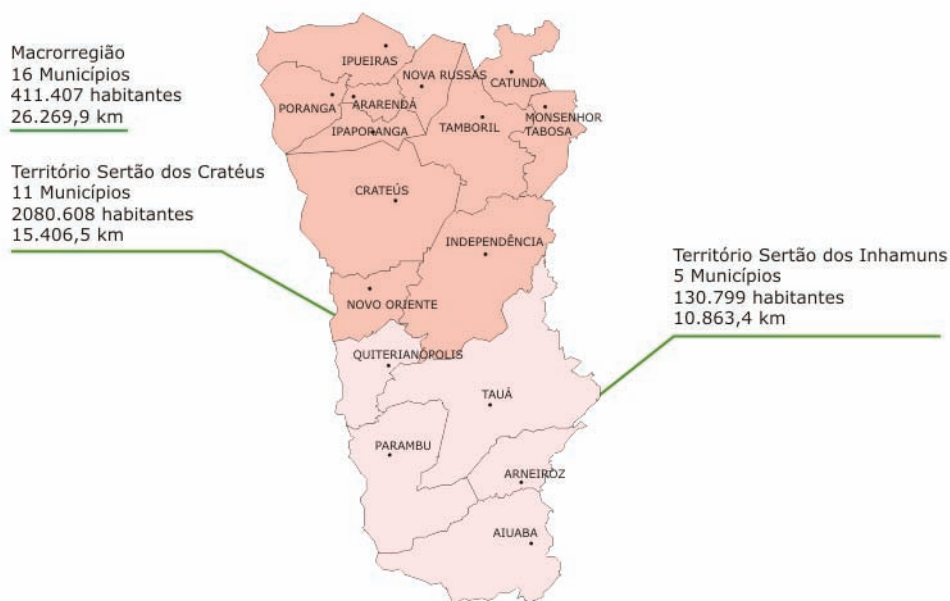
Segundo os representantes deste território, os municípios da região possuem peculiaridades e capacidade de receitas baseadas em diversos setores, desde produção agrícola, comércio, até turismo, e necessitam de uma política mais efetiva no âmbito de suas rodovias. Objetivando garantir melhor fluidez do transporte de cargas e de passageiros, a população considerou relevante a garantia do fluxo de acesso e escoamento para a produção dentro da região, bem como a integração da malha viária de acessos às sedes municipais e a eixos-tronco importantes para o sistema de transporte regional. Nesse sentido, foi priorizada a **integração da malha viária da região**.

2.3.2 Território da Ibiapaba

A temática do enfrentamento às drogas também foi evidenciada neste território, porém com enfoque direto na política de saúde, especialmente nos serviços de referência de média e alta complexidade. Segundo a visão dos participantes, o Poder Público precisa garantir para o território ações e serviços de saúde com resolubilidade no plano secundário do Sistema Microrregional de Saúde, haja vista a necessidade de reduzir encaminhamentos do sistema de referência na micro e macrorregional de saúde, aumentando a resolubilidade regional no contexto de média e alta complexidade, bem como o fortalecimento das ações intersetoriais no enfrentamento às drogas, situação essa que atinge um contingente representativo e preocupante para a saúde pública, para a vida das pessoas, as famílias e a sociedade. Para o Território da Ibiapaba, o compromisso de governo está pautado na **garantia da atenção à saúde de média complexidade com ações intersetoriais, prioritariamente voltadas ao combate às drogas e acidentes de trânsito**.

2.4 Macrorregião Sertão dos Inhamuns

4 - Macrorregião Sertão dos Inhamuns



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010



2.4.1 Território do Sertão dos Inhamuns

A participação social considerou que as políticas públicas de Educação Superior, Profissional, Ciência e Tecnologia, precisam ser fortalecidas neste território. Segundo a óptica do cidadão, para impulsionar o desenvolvimento local, se faz necessário ampliar as atividades da UECE com alta qualidade, criando cursos e vagas de graduação e pós-graduação, bem como incrementar sua capacidade de liderança na inovação científica e tecnológica. Foi priorizado, então, como estratégia **a criação de cursos públicos e gratuitos de graduação e pós graduação (lato sensu e stricto sensu) na UECE, nas áreas humana, de saúde e de tecnologia.**

2.4.2 Território Sertão dos Crateús

O enfrentamento à violência e à criminalidade também foi priorizado neste território, sendo apontado como estratégico **o fortalecimento do sistema de segurança pública, defensoria e justiça integrada aos sistemas de educação, trabalho e assistência social.**

2.5 Macrorregião Sertão Central

5 - Macrorregião Sertão Central



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010



2.5.1 Território do Sertão Central

Neste território, foram realizadas duas oficinas. Em Quixeramobim, os representantes consideraram como relevante a expansão do horário escolar, tendo em vista que ampliaria oportunidades e promoveria aprendizagens significativas e emancipadoras aos alunos na educação básica. Sinalizaram que a escola de tempo integral propiciaria às crianças um melhor aproveitamento em termos educacionais, de tranquilidade para a família, pois manteria essas crianças afastadas das ruas e, conseqüentemente, do possível envolvimento com o mundo do crime e das drogas. Outrossim, apontaram também a necessidade de fortalecimento de políticas de educação de jovens e adultos, formação profissional e inclusão no mercado de trabalho, com a ampliação da infraestrutura e qualificação dos profissionais. Elegeram como estratégica a **oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica na região do Sertão Central**.

Na oficina realizada em Mombaça, a questão da Segurança Pública foi priorizada, ficando estabelecido como compromisso **o fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas**.

2.5.2 Território Sertão do Canindé

Foi recorrente neste território a prioridade conferida ao **fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas**.

6 - Macrorregião Baturité



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010



2.6 Macrorregião Baturité

A falta de acesso ao esgotamento sanitário adequado (coleta e tratamento dos esgotos) foi considerada pelos participantes como um dos mais sérios problemas ambientais e sociais que afetam o Maciço de Baturité. Segundo a perspectiva do cidadão, a demanda se trata de uma questão de saúde pública, cidadania, segurança alimentar e um direito humano que garante a manutenção da vida. Assim, apontaram como relevante o **saneamento ambiental com fornecimento de água de qualidade para todo o Maciço**.

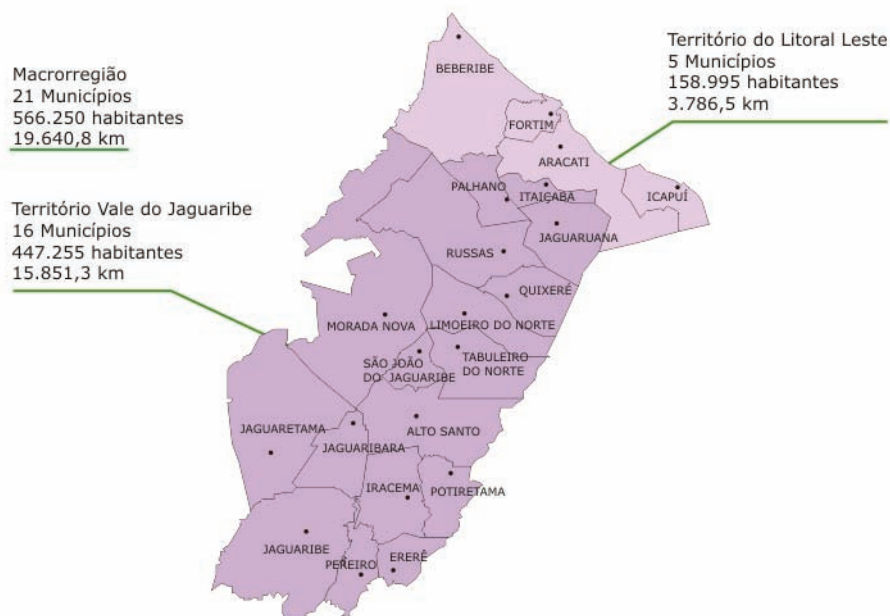
2.7 Macrorregião Litoral Leste / Jaguaribe

2.7.1 Território Litoral Leste

As políticas públicas de saúde foram destacadas como prioritárias nos dois territórios de identidade desta macrorregião. No território do Litoral Leste, os participantes refletiram sobre a necessidade de garantir as ações e serviços de saúde com resolubilidade no plano secundário do Sistema Microrregional de Saúde, com vistas a reduzir encaminhamentos do sistema de referência na micro e macrorregional de saúde. Apontaram como estratégico o **fortalecimento da atenção à saúde mediante uma rede regionalizada, integrando os níveis primário, secundário e terciário, com a construção do Hospital Regional do Litoral Leste/Jaguaribe**.

2.7.2 Território do Jaguaribe

7 - Macrorregião Litoral Leste / Jaguaribe



No Território do Jaguaribe, a população sinalizou a importância de adequar-se ao ordenamento da regionalização da atenção no Estado e orientar a descentralização das ações e serviços de saúde, bem como os processos de negociação e pactuação no âmbito da 10ª Microrregião de Saúde. Segundo o entendimento dos participantes, atualmente, o Plano Diretor de Regionalização aponta apenas o



Município de Limoeiro do Norte como Município-Polo, o que justifica a incorporação de Jaguaribe pela resolubilidade de oferta e pela necessidade da demanda, considerando a abrangência de 11 municípios sob sua jurisdição no processo de regionalização da saúde. Outro ponto debatido foi a necessidade de que sejam cumpridas as obrigações decorrentes da celebração de convênios, dentre elas: garantir a assistência especializada, objetivando a prestação de serviços de saúde de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial nas clínicas: médica, cirurgia geral, gineco-obstétrica, pediatria e neonatologia, com apoio diagnóstico e terapêutico e atendimento de urgência e emergência nas 24 horas. A plenária elegeu como estratégico o redimensionamento da regionalização da saúde, incorporando Jaguaribe como Município-Polo.

2.8. Macrorregião Cariri / Centro-Sul

8 - Macrorregião Cariri / Centro Sul



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

2.8.1 Território Cariri

Neste território, foram realizadas duas oficinas regionais. Na de Juazeiro do Norte, a participação social priorizou a definição de políticas específicas para o combate às drogas ilícitas, tendo em vista que o alto índice de consumo de drogas na região se mostra como um dos mais complexos e inquietantes fenômenos da atualidade. Elegeram como estratégico o **fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.**

Na oficina regional de Brejo Santo, os participantes discutiram a importância de melhorar ou manter a oferta hídrica, contemplando os múltiplos usos, de forma que atenda racionalmente o consumo humano e garanta o desenvolvimento das atividades produtivas da região. Afirmaram que a Bacia do Salgado necessita de um melhor aproveitamento de suas potencialidades, porquanto beneficia diretamente 23 municípios (Abaiara, Aurora, Baixo, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Cedro,



Crato, Granjeiro, Icó, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Porteiras, Umari e Várzea Alegre). Segundo ainda a visão do cidadão, o investimento na Bacia do Salgado possibilitaria a complementação do chamado “Cinturão das Águas” no Estado do Ceará, isto porque a interligação do “Eixão das Águas” com o “Canal de Transposição do Rio São Francisco”, ainda não existente, pode ser viabilizada pela Bacia do Salgado. A participação social priorizou como estratégica a **revitalização da Bacia do Salgado, integrando-a ao Canal da Transposição (Eixão das Águas) articulada com o desenvolvimento das cadeias de produção da fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e a bovinocultura de leite.**

2.8.2 Território Centro-Sul

Neste território, foram realizadas duas oficinas regionais. Na ocorrida em Iguatu, a população sinalizou a necessidade de maior investimento público, visando a garantir as ações e serviços de saúde com resolubilidade no plano secundário do Sistema Microrregional de Saúde. O enfrentamento às drogas com foco na assistência também foi debatido como prioritário. Segundo os participantes, essa situação atinge atualmente um contingente representativo da população, o que é preocupante para a saúde pública, para a vida das pessoas, das famílias e da sociedade. Priorizaram como estratégico **o fortalecimento e qualificação da atenção à saúde na média complexidade, com ações intersetoriais para urgência e emergência e dependentes químicos e educação permanente em saúde.**

Na oficina ocorrida no Município do Icó, a gestão dos recursos hídricos teve status de relevância para participação social. Segundo a perspectiva do cidadão, a revitalização do perímetro irrigado do Icó - Lima Campos e a perenização de rios e riachos (construção de infraestrutura hídrica - poços, canais, açudes, barragens etc), promoveriam inúmeros benefícios às cadeias produtivas locais: bovinocultura de leite, ovinocultura, apicultura, piscicultura, fruticultura, produção de grãos, apoio à agroindústria, ao turismo rural. Um investimento com esse foco, fortalecido também por um processo de educação ambiental com ênfase na assistência técnica de extensão rural e comercialização, garantiria a permanência do homem do campo por intermédio da geração de emprego e renda familiar e ampliação da produção de alimentos. Então, priorizaram como estratégico **o aproveitamento e ampliação da infraestrutura de recursos hídricos de maneira racional e sustentável.**



COMPROMISSOS COM A COPA DO MUNDO 2014

O Estado do Ceará e sua capital Fortaleza detêm uma condição privilegiada de recursos e belezas naturais, além da infraestrutura esportiva e de apoio, e da logística que os qualificam para sediar o importante evento da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Esse evento, pelo porte de repercussão mundial, representará para a economia do Ceará um ganho inestimável, e, além disso, uma oportunidade singular para divulgar as belezas, potenciais e vocações do Estado para todo o mundo, contribuindo para fortalecer a imagem do Ceará no cenário nacional e internacional.

Consciente dessa importância, o Governo do Estado não vem poupando esforços de trabalhos e investimentos, já a partir de 2007, quando o Estado logrou êxito na candidatura cearense à COPA do Mundo FIFA 2014.

A partir de então, o Governo do Ceará deu seguimento a um conjunto de investimentos públicos que já se encontravam programados em seu portfólio de programas e projetos estruturantes, bem como alavancou outros para fazer cumprir as exigências da FIFA para a realização do Evento.

Todos os esforços do Governo estão concentrados no sentido de qualificar e requalificar esses grandes investimentos, de modo que alguns desses projetos foram acelerados e outros estão tendo o impulso necessário para garantir que suas conclusões não inviabilizem, de qualquer modo, a concretização do Evento em nosso Estado.

Ressalte-se que a importância da realização desses investimentos não se resume ao Evento COPA 2014. Essa importância se reflete sobretudo, no legado que será deixado para as gerações presentes e futuras.

Firmado nessas premissas, e com base em diretrizes políticas e programas bem delineados, o Governo do Estado assumiu na Matriz de compromissos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 três grandes projetos com investimentos da ordem de R\$ 819 milhões que serão implantados ou concluídos na vigência do PPA 2012-2015, que são:

- Modernização e Ampliação da Estrutura do Estádio Castelão;
- Implantação do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) para o trecho Mucuripe – Parangaba; e
- Implantação de 2 Estações Adicionais na Linha Sul do Metrô de Fortaleza – Porangabussu e Montese.



Adicionalmente, o Governo estará desenvolvendo um conjunto de outros projetos na área de meio ambiente, segurança, saúde, turismo e transporte que contribuirão para fortalecer a infraestrutura dessas áreas para realização da Copa. Dentre esses estão:

- Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência
- Duplicação da CE-040
- Aeroportos de Aracati e Jericoacoara
- Revitalização dos Rios Cocó e Maranguapinho
- Implantação do Acquario do Ceará

Por último, vale assegurar que toda a evolução qualitativa e quantitativa da infraestrutura e da logística para 2014 está pautada no equacionamento ambiental, técnico e de viabilização econômico-financeira de todos esses projetos estruturantes, que permitirão ao Estado do Ceará projetar-se como um Estado de vanguarda nos cenários nacional e internacional.



IV - PPA EM GRANDES NÚMEROS



PPA EM GRANDES NÚMEROS

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo quadriênio, constante do PPA 2012-2015, indica a aplicação de recursos na ordem de R\$ 84,6 bilhões, distribuídos entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, bem como o Ministério Público.

Esse montante compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimento das Estatais não Dependentes e de Recursos Extraorçamentários, tais como as Parcerias com a Iniciativa Privada.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por fonte, bem como a participação relativa de cada um no total dos recursos para o período do PPA:

Fonte	R\$ bilhões	%
FISCAL / SEGURIDADE SOCIAL	80,4	95,0%
INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS	1,7	2,0%
EXTRAORÇAMENTÁRIA	2,5	3,0%
Total	84,6	100%

Para a consecução dos objetivos, metas e iniciativas propostas no Plano Plurianual 2012-2015, o Estado prevê recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 82,1 bilhões, os quais são originados, principalmente, do tesouro estadual, de operações de crédito, de transferências intergovernamentais e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do tesouro estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de R\$ 67,0 bilhões para o período.

Com relação às Operações de Crédito, o Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de R\$ 5,7 bilhões, mantendo um endividamento público responsável, assegurando o financiamento de projetos estratégicos.

No que concerne às transferências intergovernamentais, provenientes principalmente de convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado prevê uma captação em torno de R\$ 4,1 bilhões. As transferências voluntárias são demais relevantes para a composição do financiamento de obras como a Integração das Bacias Hidrográficas do Ceará, a Adequação de Trechos Rodoviários e a expansão da infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional, além de projetos de enfrentamento à pobreza, dentre outros.

O Estado conta ainda com outras receitas que envolvem recursos, principalmente do Sistema Único de Saúde - SUS, Salário-Educação e Fundo Nacional de Assistência Social.



O Financiamento do Plano, em termos orçamentários, se consolida com a seguinte composição:

Financiamento	R\$ bilhões	%
TESOURO ESTADUAL	67,0	81,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5,7	7,0%
CONVÊNIOS	4,1	5,0%
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2,4	2,9%
OUTRAS RECEITAS	2,9	3,5%
Total	82,1	100%

Dispêndios por Tipo de Programa

O Plano Plurianual do Estado é composto por três tipos de programas, conforme sua finalidade.

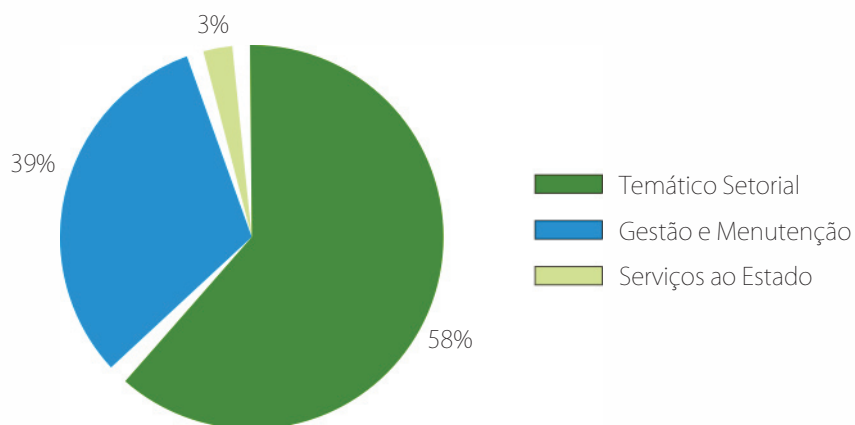
Os Programas Temáticos retratam a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas setoriais ou multisetoriais, e orientam a ação governamental da respectiva Área Temática.

Os Programas de Gestão e Manutenção reúnem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental e resultam em bens ou serviços de manutenção e ampliação de atividades tipicamente administrativas.

O Estado do Ceará adotou, ainda, os Programas de Serviços ao Estado que representam os programas finalísticos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e alguns programas do Poder Executivo, como Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas e Teledifusão Cultural e Informativa. Este tipo de programa oferta bens e serviços à sociedade ou ao Estado.

Os recursos orçamentários previstos no PPA, excetuando as transferências obrigatórias aos municípios e demais encargos gerais do Estado, bem como, a reserva de contingência, somam aproximadamente R\$ 59,0 bilhões, distribuídos entre os Programas Temáticos, de Gestão e Manutenção e de Serviços ao Estado.

Os investimentos finalísticos e a manutenção de equipamentos públicos inseridos nos Programas Temáticos absorvem a maior parcela dos recursos, correspondendo a 58,8%, ou R\$ 34,7 bilhões em termos nominais. Por sua vez, a manutenção da máquina estatal de todos os Poderes, incluindo o pagamento de pessoal, assim como a modernização da estrutura administrativa e aquisição de equipamentos de tecnologia da informação da área meio, representam 39% do total.

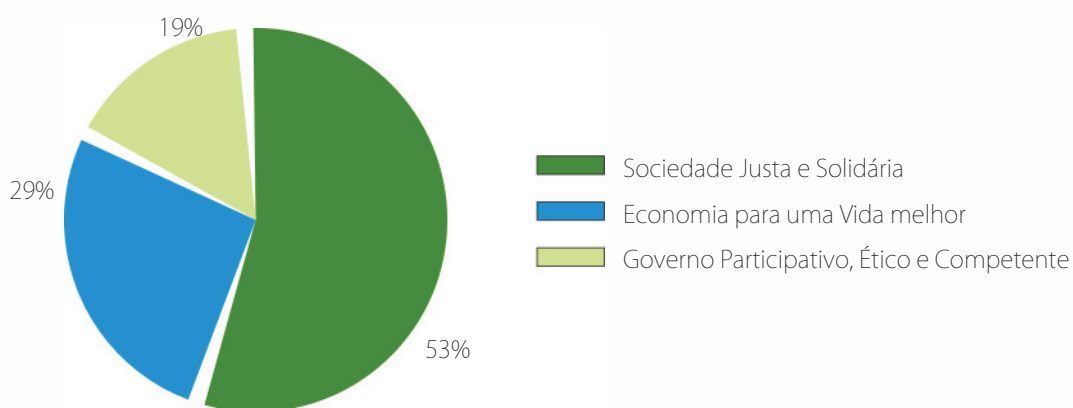


Dispêndios por Eixo e Área Temática

O PPA está estruturado por Eixos de políticas de Governo, assim denominados:

- **Sociedade Justa e Solidária;**
- **Economia para uma Vida Melhor; e,**
- **Governo Participativo, Ético e Competente.**

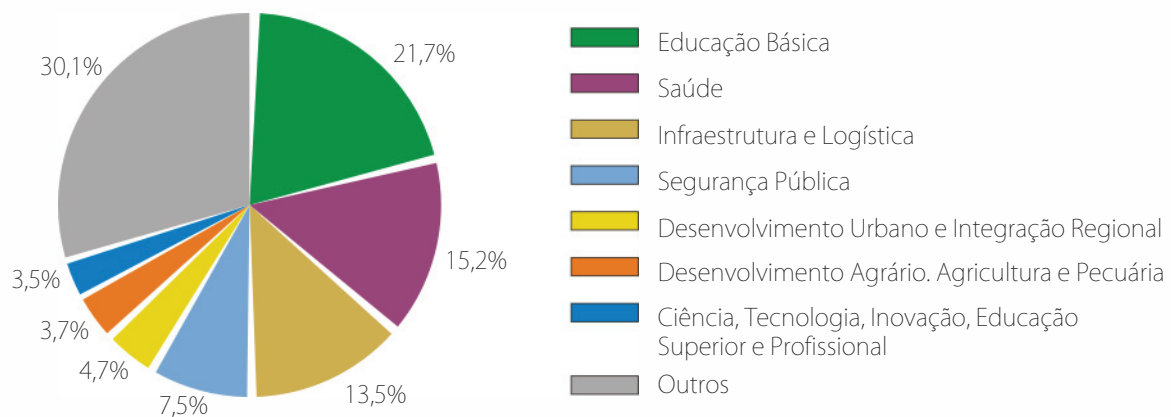
A alocação dos recursos por Eixo e Área Temática, excluindo as transferências obrigatórias aos municípios e demais encargos gerais do Estado, bem como, a reserva de contingência, obedecem à seguinte distribuição:





ÁREA TEMÁTICA	R\$ milhões	%
EDUCAÇÃO BÁSICA	12.829,5	21,7%
SAÚDE	8.950,7	15,2%
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	7.955,3	13,5%
SEGURANÇA PÚBLICA	4.448,3	7,5%
DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	2.783,3	4,7%
GESTÃO FISCAL	2.232,7	3,8%
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA	2.206,9	3,7%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL	2.037,6	3,5%
GOVERNO E SOCIEDADE	1.734,8	2,9%
RECURSOS HÍDRICOS	1.131,4	1,9%
TURISMO	1.103,1	1,9%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO	1.055,1	1,8%
PLANEJAMENTO E GESTÃO	982,5	1,7%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	900,4	1,5%
JUSTIÇA E CIDADANIA	797,3	1,4%
ACESSO À JUSTIÇA	371,4	0,6%
COPA 2014	355,6	0,6%
MEIO AMBIENTE	296,4	0,5%
CULTURA	285,7	0,5%
ESPORTE E LAZER	203,5	0,3%
AQUICULTURA E PESCA	132,5	0,2%
CORREIÇÃO E DISCIPLINA	45,5	0,1%
CONTROLADORIA E OUVIDORIA	38,1	0,1%
Subtotal - Poder Executivo	52.877,6	89,6%
JUDICIÁRIO	3.299,8	5,6%
LEGISLATIVO E CONTROLE EXTERNO	1.874,1	3,2%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	944,1	1,6%
TOTAL	58.995,6	100,0%

Do total de recursos aplicados nas áreas temáticas, destacam-se Educação Básica; Saúde; Infraestrutura e Logística; Segurança Pública; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; e, Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional que respondem por cerca de 70% de todos os recursos considerados, conforme gráfico que se segue.





O conjunto de Programas do PPA projeta a aplicação de um volume de investimentos e inversões para o período 2012-2015 da ordem de R\$ 17,0 bilhões, representando 20,7% dos recursos orçamentários. Excluídas as transferências obrigatórias aos municípios, essa proporção alcança 23,4%.

DESPESA	R\$ milhões	%
Transferências aos Municípios	9.280,0	11,3%
Pessoal	28.614,1	34,9%
Outras Despesas Correntes	23.334,9	28,4%
Investimentos e Inversões	17.008,0	20,7%
Dívida (Amortização e Juros)	3.855,5	4,7%
TOTAL	82.092,5	100%

Na área da Saúde, iniciativas como a implantação do Hospital Regional Metropolitano, em Fortaleza, do Hospital Regional do Sertão Central, em Quixeramobim, do Hospital Regional da Zona Norte, em Sobral, das Policlínicas, dos Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs e das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, são compromissos assumidos pelo Governo para promover saúde pública da melhor qualidade para os cidadãos cearenses.

Na área da Infraestrutura e Logística, o Governo planeja a execução de grandes investimentos estruturantes para o Estado, como construção do Arco Rodoviário Metropolitano, a conclusão da Linha Sul do Metrô de Fortaleza e as implantações da Linha Leste e do VLT Mucuripe-Parangaba. No Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), prevê a construção do Terminal Intermodal de Cargas, de mais uma correia transportadora para o Terminal Portuário, além de diversas obras complementares.

Na área do Turismo e da Copa do Mundo de 2014 destacam-se as obras de conclusão da modernização do Estádio Castelão, a implantação do Aeroporto de Jericoacoara, do Acquário do Ceará e a conclusão do Centro de Eventos do Ceará e do Aeroporto de Aracati.



V - ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

PROGRAMAS TEMÁTICOS
POR EIXO E ÁREA TEMÁTICA

Fortaleza, 2011



PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMAS

EIXO - SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

ÁREA TEMÁTICA: CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

- Educação Superior
- Educação Profissional
- Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará
- Ciência, Tecnologia e Inovação

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

- Assistência Social
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Atenção ao segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais
- Trabalho, Emprego e Renda

ÁREA TEMÁTICA: ESPORTE E LAZER

- Esporte - Educação, Participação e Lazer
- Ceará no Esporte de Rendimento
- Infraestrutura Esportiva e de Lazer

ÁREA TEMÁTICA: SEGURANÇA PÚBLICA

- Gestão de Riscos e Desastres
- Gestão e Assistência Penitenciária
- Segurança Pública Comunitária
- Segurança Pública Integrada

ÁREA TEMÁTICA: CULTURA

- Memória Cultural
- Incentivo a Leitura e ao Conhecimento
- Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará



ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO BÁSICA

- Organização e Gestão da Educação Básica
- Ensino Médio Articulado à Educação Profissional
- Aprendizagem das Crianças na Idade Certa
- Gestão de Políticas Públicas da Educação Básica
- Valorização do Servidor

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE

- Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS.
- Atenção à Saúde Integral e de Qualidade
- Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde

ÁREA TEMÁTICA: ACESSO À JUSTIÇA

- Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça

ÁREA TEMÁTICA: JUSTIÇA E CIDADANIA

- Proteção e Cidadania
- Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária

EIXO - ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

ÁREA TEMÁTICA: RECURSOS HÍDRICOS

- Transferência Hídrica e Suprimento de Água
- Acumulação Hídrica
- Gestão dos Recursos Hídricos

ÁREA TEMÁTICA: MEIO AMBIENTE

- Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais
- Desenvolvimento Sustentado dos Territórios
- Educação Ambiental

ÁREA TEMÁTICA: TURISMO

- Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "Ceará"



ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

- Desenvolvimento Institucional das Cidades
- Saneamento Ambiental
- Habitacional
- Desenvolvimento Regional
- Desenvolvimento Urbano

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA

- Desenvolvimento Territorial Rural
- Desenvolvimento Agropecuário
- Enfrentamento à Pobreza Rural

ÁREA TEMÁTICA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Transporte e Logística do Estado do Ceará
- Matriz Energética do Estado do Ceará
- Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará
- Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio

ÁREA TEMÁTICA: COPA 2014

- Promoção e Realização da Copa 2014

ÁREA TEMÁTICA: AQUICULTURA E PESCA

- Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura



EIXO - GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO FISCAL

- Gestão Fiscal e Financeira
- Modernização da Gestão Fiscal
- Cidadania Fiscal

ÁREA TEMÁTICA: CONTROLADORIA E OUVIDORIA

- Participação e Controle Social
- Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental

ÁREA TEMÁTICA: PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Estadual
- Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica Estadual
- Gestão da Previdência Estadual
- Coordenação do Planejamento Estadual
- Modernização da Gestão Estadual

ÁREA TEMÁTICA: CORREIÇÃO E DISCIPLINA

- Controle Disciplinar da Segurança e Sistema Penitenciário

ÁREA TEMÁTICA: LEGISLATIVO E CONTROLE EXTERNO

- Ação Parlamentar
- Ação Legislativa e Controle Externo

ÁREA TEMÁTICA: ESSENCIAL À JUSTIÇA

- Defesa da Ordem Jurídica, da Democracia e dos Interesses Sociais
- Defesa dos Direitos Difusos

ÁREA TEMÁTICA: JUDICIÁRIO

- Ação Judiciária



ÁREA TEMÁTICA: GOVERNO E SOCIEDADE

- Promoção da Juventude
- Equidade de Gênero
- Igualdade Étnico-Racial
- Promoção e Proteção dos Direitos Humanos
- Enfrentamento às Drogas
- Atenção à Pessoa com Deficiência
- Atenção à Pessoa Idosa
- Regulação de Serviços Públicos Delegados
- Teledifusão Cultural e Informativa
- Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas

ÁREA TEMÁTICA: ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

- Encargos Gerais do Estado
- Área Temática: Reserva de Contingência
- Gestão e Manutenção – Rc



VI - GRANDES METAS POR ÁREA TEMÁTICA



GRANDES METAS POR EIXO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO E ÁREA TEMÁTICA

Eixo - SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Área temática: Educação Básica

- Alfabetizar, a cada ano, no nível desejável, 237.082 alunos até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado do Ceará.
- Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional-EEEP.
- Implantar 161 Centros de Educação Infantil - CEI, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de zero a cinco anos.
- Apoiar os 184 municípios na implementação de políticas direcionadas à melhoria da aprendizagem dos alunos, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.
- Elevar para 70% a taxa de escolarização líquida do ensino médio.
- Prover as 665 escolas da rede pública estadual com materiais didáticos/pedagógicos, para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.
- Criar Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola-COM-VIDA em 1.000 escolas públicas.
- Elevar a taxa de alfabetização da população cearense com 15 anos e mais para 93%.
- Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.
- Oferecer educação em tempo integral em 10% das escolas públicas da educação básica.
- Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino.
- Realizar avaliação institucional das escolas da rede estadual de ensino.
- Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.
- Alfabetizar, anualmente, 600 idosos.

Área temática: Saúde

- Capacitar 48.868 trabalhadores do Sistema Único de Saúde-SUS, profissionais e a comunidade, por meio de ações educativas em saúde pública.
- Expandir a capacidade de internação hospitalar em 134.082 internações, a partir do acréscimo da oferta de 700 leitos.
- Assegurar cerca de 375 mil consultas médicas especializadas e de 363 mil exames especializados por ano nas Policlínicas.
- Garantir 100% do acesso de pacientes aos serviços secundários e terciários da Rede de Saúde



do Estado do Ceará, por meio do Sistema de Regulação.

- Acreditar e certificar todas as unidades de saúde do Estado.
- Estruturar a Rede Cegonha, a Rede de Urgências e a Rede Psicossocial, em seis regiões de saúde do Estado do Ceará.
- Implantar Centros de Especialidades Odontológicas em dez regiões de saúde.
- Monitorar 100% dos hospitais com custeio complementar do Tesouro do Estado para garantia de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.
- Assegurar o custeio complementar de 33 Hospitais-Polo, 15 Hospitais Estratégicos e 64 Hospitais de Pequeno Porte para garantia do atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.
- Acreditar/certificar 50% das unidades da Rede SESA do Estado.
- Estruturar a Rede de Assistência Farmacêutica Básica e Especializada nas oito Macrorregiões do Estado do Ceará.
- Garantir o abastecimento e atendimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada nos 184 municípios.
- Apoiar a organização dos serviços de Atenção à Saúde do Homem em 100% dos municípios com população maior de que 100 mil habitantes.
- Implementar ações sobre Atenção Integral à Saúde da Mulher nos 184 municípios.
- Implantar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU em 100% dos municípios cearenses.
- Implementar 32 Unidades de Pronto Atendimento – UPAs.
- Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica nos 184 municípios.
- Qualificar 5.000 profissionais da área de Vigilância à Saúde.
- Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária.
- Ampliar o atendimento especializado em geriatria e gerontologia para 100% das regiões de saúde do Estado do Ceará.
- Apoiar 100% dos municípios na implantação/implementações de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas.

Área Temática: Desenvolvimento Social e Trabalho

- Inserir 421.378 trabalhadores no mercado de trabalho.
- Qualificar e requalificar 145.349 trabalhadores, desenvolvendo competências para atividades geradoras de renda.



- Capacitar 6.500 microempreendedores em atividades produtivas.
- Atender 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.
- Apoiar 32.000 crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades socioculturais, esportivas, de lazer e de elevação da escolaridade.
- Qualificar 7.110 artesãos, visando a ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda.
- Atender 4.000 pessoas nas bibliotecas públicas construídas no âmbito do programa de Apoio às Reformas Sociais em Favor da Criança e do Adolescente - PROARES.
- Acolher e proteger socialmente 8.606 pessoas em situação de risco.
- Atender 156.550 famílias por meio do programa Proteção e Atendimento Integral à Família-PAI e 50.934 pessoas vítimas de violência nos CREAS municipais e regionais.
- Retirar 18.675 crianças e adolescentes do trabalho infantil.
- Atender 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social.
- Fornecer 1.400 refeições/dia para público em situação de insegurança alimentar e nutricional no Restaurante Popular Mesa do Povo.
- Construir 3 Unidades Regionalizadas de Internação para atender adolescentes em medidas socioeducativas em Juazeiro do Norte, Sobral e Fortaleza.
- Reduzir para 5% o sub-registro civil de nascimento no Ceará.

Área Temática: Segurança Pública

- Ampliar a atuação do Ronda do Quarteirão para municípios acima de 30 mil habitantes.
- Capacitar 3600 integrantes da Polícia Militar na filosofia do policiamento comunitário.
- Construir o Centro de Gerenciamento de Incidentes (DATACENTER) Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.
- Equipar 72 unidades da Segurança Pública.
- Capacitar 3.850 profissionais da área de segurança pública em diferentes temáticas da Segurança Pública.
- Reaparelhar e modernizar 100% a área de tecnologia da informação e comunicação da SSPDS.
- Construir 12 delegacias de Polícia Civil integrada com o destacamento da Polícia Militar no interior do Estado e 2 quartéis da Polícia Militar para cobrir de forma integrada a Capital, região metropolitana e o interior do Estado .
- Capacitar 4.000 policiais militares nas áreas de Direitos Humanos, da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso.



VI - GRANDES METAS POR ÁREA TEMÁTICA

- Reformar as 24 unidades operacionais da Capital, região metropolitana e interior do Estado do Corpo de Bombeiros Militar e 32 quartéis da Polícia Militar.
- Aperfeiçoar e nivelar 4.000 policiais militares na área de Defesa Pessoal, Técnica Policial Militar, Abordagens e Tiro Defensivo.
- Equipar 42 quartéis da Polícia Militar com armamentos, equipamentos e aprestos utilizados pelos policiais militares.
- Aumentar para 4.000 o número de policiais militares.
- Adquirir 872 viaturas para atender a Capital e o interior do Estado.
- Construir 6 Núcleos de Perícia Forense.
- Aparelhar e modernizar 13 unidades da Polícia Forense do Estado do Ceará.
- Atender 4.000 jovens com o desenvolvimento de projetos de promoção da defesa social e do protagonismo em favor da paz e 167.000 crianças com o Projeto “Um dia com o Ronda na Escola”.
- Expandir o atendimento para 1.113.600 crianças do Projeto “Turminha do Ronda” e para 3.000 crianças do Projeto “Violão Comunitário”.
- Contemplar 6.000 jovens com o projeto Jovem Bombeiro Voluntário.
- Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa idosa e 4.000 conselheiros comunitários de defesa social na temática da prevenção à violência e ao uso indevido de drogas.
- Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas idosas mediante a realização do Projeto Felicidade com atenção para 3.600 pessoas.
- Beneficiar 400.000 idosos do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade.
- Atender 2.000 jovens no Projeto Reforçando Oportunidade e Negando Drogas (ROND).
- Educar e informar 400.000 pessoas por meio do projeto “Uma Ciranda pela Vida - De mãos Dadas contra as Drogas”.
- Capacitar 6.000 multiplicadores em prevenção à violência e no uso indevido de drogas.
- Formar 400.000 estudantes (crianças e adolescentes) do Estado do Ceará, no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).
- Expandir o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência PROERD para 145 municípios do Estado.



Área Temática: Ciência, Tecnologia, Educação Superior e Profissional

- Elaborar e implementar o Plano Estadual Integrado de Educação Superior.
- Ampliar de 18.000 para 21.800 o número de matrículas nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará - UECE e de 9.183 para 11.161 o número de matrículas nos cursos de graduação da Universidade Regional do Cariri.
- Aumentar de 1.384 para 2.064 o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu na UECE e de 81.000 para 118.000 o número de pessoas atendidas com ações de extensão na UECE.
- Capacitar 12.000 pessoas ao ano para atender demandas do mercado de trabalho.
- Realizar melhorias de infraestrutura física e de equipamentos em 12 Centros Vocacionais Tecnológicos.
- Apoiar a implantação do Pólo Tecnológico no Ceará e 426 projetos de pesquisa, inovação e modernização de infraestrutura voltada à Pesquisa Científica e à Inovação Tecnológica do Estado.
- Atender 200 micro e pequenas empresas do Estado do Ceará com fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica.
- Formar 990 multiplicadores na área de Ciências.
- Implementar o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Ceará.
- Aumentar em 40% a oferta de formação específica na área de Tecnologia da Informação, em 100% o número de projetos apoiados voltados para a criação de patentes e em 40% o número de doutores pesquisadores atuantes nas Instituições Públicas de Educação Superior do Estado do Ceará.
- Assistir 600 micro, pequenas e médias empresas nos diversos segmentos da atividade econômica por meio do Projeto de Extensão Industrial Exportadora - PEIEX.
- Ampliar para 199.407 o número de serviços tecnológicos prestados, com aumento de 5% a.a.
- Atender 100% dos municípios cearenses inseridos na Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Idoso RENADI.

Área Temática: Esporte e Lazer

- Implantar e manter 500 núcleos esportivos em todo o Estado do Ceará.
- Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de sete a 17 anos.
- Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.
- Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer.
- Capacitar 4.000 educadores esportivos.



VI - GRANDES METAS POR ÁREA TEMÁTICA

- Construir 1 Centro Integrado Desportivo para pessoas com deficiência e idosos e um Centro de Excelência Esportiva em Fortaleza para preparação dos talentos esportivos cearenses.
- Construir e manter 14 vilas olímpicas.
- Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais mediante a realização do Projeto Paraolímpico com atenção para 2.000 pessoas.
- Construir 25 pistas de skate regionais em municípios com população acima de 50 mil habitantes.
- Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas idosas com a realização do Projeto Felicidade com atenção para 3.600 pessoas.
- Construir 14 praças da juventude.
- Proporcionar a participação de 1.200 pessoas idosas na prática esportiva e de lazer.

Área Temática: Cultura

- Adquirir 12 acervos de relevância histórica e cultural e cinco prédios de interesse histórico e cultural do Estado.
- Preservar 60 acervos de relevância histórica e cultural.
- Recuperar 12 prédios históricos nas macrorregiões do Estado.
- Incentivar, assessorar e monitorar 96 museus no Estado do Ceará cadastrados no SEM/CE, para sua adequação às diretrizes do estatuto dos museus e do plano nacional dos museus.
- Incentivar a criação dos 184 Sistemas Municipais da Cultura (SMC) nas oito macrorregiões, sendo um em cada município, com vistas à adesão ao Sistema Nacional da Cultura.
- Realizar e participar da Conferência Estadual de Cultura e da Conferência Nacional de Cultura.
- Apoiar a realização de 400 cursos livres, nos seis segmentos de linguagens, nas oito macrorregiões (inclusive durante os festivais regionais)
- Apoiar os 100 novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará.
- Realizar 192 concertos de bandas musicais no Estado e 32 festivais regionais de música.
- Modernizar e dinamizar 23 equipamentos culturais, sendo na Região Metropolitana de Fortaleza e nas demais macrorregiões
- Adquirir 776.000 mil livros e 990 instrumentos e acessórios musicais.
- Capacitar 1.552 profissionais de bibliotecas públicas municipais.
- Reformar 12 espaços físicos para sediar bibliotecas públicas.
- Conceder bolsa a 640 jovens artistas de 30 municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Municipal nas oito macrorregiões.



- Apoiar 80 projetos de arte e cultura, sendo 16 na RMF e 64 nas demais macrorregiões em seis segmentos artísticos (Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual e Novas Mídias, Música, Literatura, Livro e Leitura e Patrimônio Material e Imaterial).

Área Temática: Justiça e Cidadania

- Atender 394.400 cidadãos por meio das ações dos caminhões do cidadão, 1.256.000 cidadãos nas Casas do Cidadão, e 20.000 cidadãos nos Conselhos e Comitês Vinculados.
- Garantir 13.000 atendimentos/dia nas centrais de atendimento do Vapt-Vupt
- Realizar 119 eventos de cidadania.
- Aumentar o número de vagas no Sistema Prisional, com a criação de 43 unidades.
- Implantar o Centro de Triagem Criminológica.
- Qualificar profissionalmente 5.200 presos e egressos.
- Atender a 100% da demanda direcionada a SEJUS dos cidadãos vítimas de violência do tráfico e da exploração sexual e das testemunhas e defensores dos direitos humanos ameaçados.
- Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.
- Apoiar 4.000 presos e egressos para a empregabilidade.
- Promover 84 eventos socioculturais, esportivos e religiosos para os presos e egressos e familiares.
- Realizar duas conferências Estaduais de Direitos Humanos.
- Promover a qualificação de 100% dos conselheiros da rede de garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência nas oito macrorregiões.
- Fortalecer os 115 conselhos municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Área Temática: Acesso à Justiça

- Contemplar em 100% das comarcas do interior do Estado do Ceará os serviços da DPGE.
- Ampliar o serviço do Alô Defensoria.
- Implantar e modernizar os núcleos descentralizados da DPGE nos Municípios de Caucaia, Maracanaú, Sobral, Crato e Tauá.
- Assegurar a assistência jurídica integral e gratuita a 100% da população carcerária hipossuficiente do Sistema Prisional do Estado do Ceará.
- Criar o Parque Tecnológico da Defensoria Pública Geral.



VI - GRANDES METAS POR ÁREA TEMÁTICA

- Ampliar e modernizar núcleos descentralizados nos bairros Luciano Cavalcante, João XXIII, Tancredo Neves e Mucuripe, em Fortaleza, com serviços extrajudicial dos litígios, atendimento interdisciplinar, educação popular para direitos e assistência jurídica integral e gratuita.
- Implantar, ampliar e/ou modernizar os Núcleos Especializados do Consumidor, Igualdade Racial, Moradia e Habitação, Presos Condenados, Presos Provisórios, Pessoa com Deficiência, Idoso, Defesa da Mulher, Criança e Adolescente.
- Garantir o acesso à Rede Mundial de Computadores em 100% dos locais em que haja serviços da DPGE.
- Implantar e modernizar núcleos avançados de atendimento da DPGE nos bairros do Bom Jardim, Conjunto Ceará, Bairro Ellery e Messejana, em Fortaleza, com serviço de solução extrajudicial dos litígios, atendimento interdisciplinar, educação popular para direitos e assistência jurídica integral e gratuita.



EIXO - ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Área temática: Infraestrutura e Logística

- Implantar 11,95 Km de linha ferroviária no Município de Sobral e 15 Km de linha ferroviária, ao final de 2015, no Município de Barbalha.
- Elaborar projeto executivo e desapropriar 1.601,44 hectares para a implantação da Transnordestina.
- Implantar 50,70 Km de linha metro - ferroviária ao final de 2015 na RMF.
- Conservar 11.000 Km de rodovias.
- Restaurar 950 Km de rodovias.
- Pavimentar 582 Km de rodovias em todo Estado do Ceará.
- Implantar quatro aeroportos regionais/aeródromos.
- Transportar 115.014 ton/dia de carga de granéis sólidos e 3.726 TEUS/dia contêineres por dia.
- Adquirir 16 Trens Unidade Elétrica - TUE´s para atender a Linha Sul do Metrô de Fortaleza e dois Veículos Leves sobre Trilhos VLT´s para atender a Linha Norte no Município de Sobral.
- Aumentar em 20% a oferta do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará.
- Sinalizar 3.460 Km de vias pavimentadas nas rodovias estaduais do Ceará.
- Atender 506.000 usuários/dia útil ao final de 2015, na Região Metropolitana de Fortaleza, 5.000 usuários/dia útil no Município de Sobral e 5.000 usuários/dia útil na região do Cariri com a implantação de transporte metroferroviário.
- Realizar 200 ligações de energia elétrica em residências do meio rural.
- Expandir em 193 Km a Rede de Distribuição de Gás Natural.
- Ampliar de 448.000 m³/dia para 1.200.000 m³/dia o Volume de Gás Natural Distribuído.
- Atender com Telefonia Pública 200 localidades rurais do Estado do Ceará.
- Regularizar 75 conjuntos habitacionais edificados pelo Sistema Financeiro Habitacional e 28.628 imóveis edificados por Mutirões Habitacionais.
- Atender 22.332.490 usuários de serviços de trânsito.
- Aumentar em 20% a oferta do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará.



Área temática: Recursos Hídricos

- Construir 407 Km de Aduadoras.
- Concluir 13,0 Km de Eixos de Integração.
- Construir 154,0 Km do Cinturão das Águas do Ceará - 1ª Etapa.
- Instalar 780 Pequenos Sistemas de Abastecimento D'água.
- Construir 970 Poços em todo o Estado do Ceará.
- Revitalizar 600 Pequenos Sistemas de Abastecimentos d'Água em todo o Estado do Ceará.
- Construir 12 Barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m³.
- Monitorar 136 açudes públicos e dois aquíferos.
- Revitalizar as áreas de preservação de 25 corpos hídricos no Estado do Ceará.

Área temática: Turismo

- Duplicar 203 quilômetros de rodovias em áreas turísticas nas regiões do litoral Leste, Oeste e Sobral/Ibiapaba.
- Restaurar 50 quilômetros de rodovias em áreas turísticas.
- Implantar dois aeroportos em Jericoacoara e Aracati.
- Beneficiar 29 municípios com obras de urbanização em localidades turísticas.
- Realizar e apoiar 1.560 eventos de negócios.
- Capacitar 15.000 pessoas para a melhoria da prestação de serviços no setor turístico.
- Recepcionar público visitante de 5,8 milhões de pessoas por ano nos equipamentos turísticos.

Área temática: Desenvolvimento Econômico

- Apoiar a implantação de dez polos e distritos industriais para fomentar o desenvolvimento dos diversos setores produtivos do Estado do Ceará.
- Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte, com foco na elevação da renda e na geração de empregos.
- Apoiar a instalação de quatro plataformas multimodais de carga, visando a aumentar a competitividade dos produtos cearenses.
- Implantar a Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Pecém.
- Capacitar 2.000 pessoas com vistas à melhoria da qualificação profissional.



- Apoiar a instalação do Aeroporto de Cargas do Complexo Industriário e Portuário do Pecém.
- Beneficiar 100% das empresas demandantes de incentivos em energia solar.
- Implantar quatro empreendimentos de médio e grande porte na Zona de Processamento e Exportação ZPE.
- Disponibilizar 340,0 hectares para a implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém CSP.

Área temática: Desenvolvimento Urbano e Integração Regional

- Executar 635 intervenções urbanas, 58.077 ligações domiciliares de água e 133.843 ligações domiciliares de esgoto.
- Beneficiar 82 municípios com instalações operacionais para destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares e 50 municípios com a execução de projetos de melhoria da gestão.
- Executar oito projetos de melhoria da infraestrutura física das cidades polo no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais: Sobral/Ibiapaba e Litoral Leste/Jaguaribe.
- Financiar 15 projetos de infraestrutura física no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará/ Cariri Central.
- Beneficiar 50.787 famílias com unidades habitacionais, instalações sanitárias individuais e com atividades de regularização fundiária.

Área temática: Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária

- Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra.
- Beneficiar 350.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas e 3.000 famílias com o Projeto Mandala.
- Implantar 3.000 hectares irrigados às margens do Canal do Trabalhador.
- Classificar 4.149.488 toneladas de produtos de origem vegetal.
- Adquirir 400 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais.
- Implantar 8.000 quintais produtivos para garantir o sustento das famílias carentes e 1.000 projetos produtivos e de sustentabilidade ambiental.
- Atender a 159.356 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias e 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas.
- Beneficiar 16.581 agricultores(as) familiares com projetos de irrigação e 360.000 agricultores(as) familiares com recursos do PRONAF.



- Atender a 94.000 agricultores(as) familiares no financiamento e proteção da produção agropecuária (PRONAF, PGPAF E SEAF).
- Comercializar 2.456.000 toneladas de produtos hortigranjeiros.
- Vacinar 90% do total dos rebanhos bovinos e bulbalinos contra a febre aftosa.
- Atender a 82.127 agricultores(as) familiares nas microbacias assistidas, com tecnologias alternativas de convivência com o semiárido.
- Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite e 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.
- Ampliar a cobertura do Leite Fome Zero para 180 municípios.
- Atender 8.000 famílias com Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamentos e comunidades tradicionais.
- Apoiar a Implantação de Infraestrutura em 72 assentamentos e comunidades tradicionais.
- Implantar 320 casas digitais.
- Capacitar 14.080 gestores comunitários e agentes de leitura no âmbito do Arca das Letras.
- Construir 2.000 habitações rurais nos imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário PNCF e 12.000 kits sanitários.
- Implantar 100.000 cisternas de placas para consumo humano, nas comunidades rurais.
- Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar.
- Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária, e 4.725 famílias de agricultores(as) familiares para o acesso aos financiamentos do Projeto São José, FEDAF e FECOP na implantação e condução de projetos produtivos e de comercialização.

Área temática: Aquicultura e Pesca

- Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.
- Implantar 49 projetos de aquicultura.
- Beneficiar 980 aquicultores familiares de baixa renda, 1.400 pescadores marinhos e 5.500 pescadores artesanais continentais.
- Implantar 58 infraestruturas de apoio à conservação, higienização e beneficiamento visando ao aproveitamento integral do pescado.
- Recuperar 45 estruturas físicas e instrumentalizar as entidades representativas de pescadores.
- Recuperar e modernizar seis infraestruturas públicas estaduais de apoio à comercialização do pescado.



- Capacitar 6.100 pescadores artesanais e 2.760 aquicultores.
- Prestar assistência técnica a 8.860 pescadores e aquicultores.
- Recuperar e modernizar seis infraestruturas públicas estaduais de apoio à comercialização do pescado.
- Construir 2.000 unidades habitacionais para pescadores e aquicultores.
- Implantar dez estruturas para pesca esportiva voltadas ao turismo.

Área temática: Copa 2014

- Reformar e modernizar a arena do Estádio Castelão.
- Coordenar e acompanhar 100% dos projetos estruturantes relacionados a Copa 2014.
- Gerenciar 100% dos projetos realizados em regime de cogestão.

Área temática: Meio Ambiente

- Reutilizar e reciclar 100% dos resíduos da construção civil das obras do Governo.
- Implantar a Gestão Regionalizada de Resíduos Sólidos em três macrorregiões administrativas do território cearense.
- Ampliar de cinco para 15 o número de brigadas de combate aos incêndios florestais no Estado do Ceará.
- Reduzir em 20% os focos de calor no Estado do Ceará e a utilização da lenha como matriz energética em 30% nas empresas do polo gesseiro e ceramista.
- Implementar um Centro Integrado de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida às Emergências Ambientais e a coleta seletiva em 100% dos municípios cearenses.
- Compensar 50% das emissões de carbono produzidas nos eventos realizados pelo Estado.
- Reflorestar 2.000 ha da cobertura vegetal nas áreas de preservação permanente (APP).
- Recuperar 30% das áreas suscetíveis à desertificação identificadas no PAE.
- Atingir o percentual de 20% das propriedades da agricultura familiar na utilização correta e segura de agrotóxicos.
- Implementar seis unidades de conservação para inclusão no projeto Parques Estaduais da Copa 2014.
- Criar 3 unidades de conservação no Ceará (unidades estaduais).
- Implantar um sistema de monitoramento da poluição / contaminação dos recursos hídricos em 101 pontos nas bacias hidrográficas do Estado do Ceará e 142 Centros de Informação e Documentação Ambiental – CIDAMBIENTAL.



VI - GRANDES METAS POR ÁREA TEMÁTICA

- Realizar 600 eventos informativos e educativos (fóruns, congresso, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz, etc) com a temática ambiental e a conferência da Rio+20).
- Certificar 50 municípios com o selo Município Verde e oito municípios costeiros com a Certificação Praia Limpa.
- Elaborar os Planos de Gestão integrada da orla marítima em 20 municípios costeiros do Estado e o inventário de gases de efeito estufa -GEE com foco na copa 2014 e o Plano Estadual de Ação em Prevenção, Controle e Atendimento a Emergências Ambientais.
- Capacitar 1.500 pequenos produtores rurais na utilização de base ecológica/orgânica e 1.200 pessoas (professores e gestores municipais) em Educação Ambiental.
- Elaborar, atualizar e implantar o Zoneamento Ecológico e Econômico em 100% do território cearense.
- Implementar o monitoramento ambiental compartilhado em cinco açudes no Estado do Ceará e implantar o manejo agroflorestal em 5000 ha.



EIXO - GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

Área temática: Governo e Sociedade

- Certificar 6.000 jovens agricultores familiares no ensino fundamental com qualificação profissional em 60 municípios.
- Construir três Centros de Referência de Juventude.
- Implantar o Portal da Juventude do Estado do Ceará, três Centros de Referência em Direitos Humanos e a Comissão Estadual de Anistia.
- Viabilizar a participação de 40.000 jovens nos diversos canais e fóruns de interlocução para definição de políticas públicas de juventude.
- Ampliar de 62 para 100 o número de conselhos municipais de juventude.
- Beneficiar 500 jovens do sistema juvenil de internação com ações socioeducativas e de qualificação profissional.
- Criar oito Conselhos Municipais de Direitos Humanos nas oito macrorregiões do Estado.
- Elaborar o Plano Estadual de Direitos Humanos e Elaborar e implementar o Plano Estadual de Enfrentamento às Drogas.
- Instituir e realizar anualmente a Semana Estadual de Direitos Humanos nas escolas da rede pública estadual.
- Beneficiar 5.000 detentos e presos do sistema carcerário-prisional com ações socioeducativas e de qualificação profissional.
- Atender 100% dos municípios cearenses inseridos na Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Idoso RENADI.
- Ampliar o número de conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres de 65 para 184, no Estado do Ceará, até dezembro de 2012.
- Fomentar a ampliação, em no mínimo 50% das prefeituras municipais do Estado do Ceará, o número de secretarias municipais ou coordenadorias de políticas públicas para as mulheres.
- Estimular a implantação de equipamentos da rede de atendimento à mulher em situação de violência em 23 municípios com mais de 60 mil habitantes no Estado do Ceará.
- Ampliar de 164 para 184 o número de conselhos dos direitos da pessoa idosa nos municípios cearenses e de 20 para 184 a quantidade de municípios cearenses com Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Qualificar 800 mulheres com cursos profissionalizantes entre 2012 – 2015.
- Capacitar 2.000 pessoas envolvidas em ações de enfrentamento a drogas.
- Realizar a 1ª Conferência Estadual sobre Drogas no Estado do Ceará.



- Criar o Fundo Especial para apoiar as entidades da sociedade civil no tratamento dos usuários de crack e outras drogas e oito conselhos municipais de direitos humanos nas oito macrorregiões do Estado.
- Recuperar 142 estações retransmissoras.
- Implantar o Sistema de virtualização judicial nas 184 comarcas do Estado do Ceará e 24 estações retransmissoras.
- Construir 87 unidades judiciárias no Estado do Ceará.

Área temática: Planejamento e Gestão

- Suprir o quadro de pessoal por meio da realização de dez concursos públicos de provas e títulos para provimento de cargos nos órgãos/entidades do poder estadual.
- Garantir a ampliação e a fidedignidade das informações dos 66.000 servidores ativos e 68.000 aposentados e pensionistas.
- Ofertar 84.000 oportunidades de participação em eventos sócios educativas e culturais.
- Capacitar/formar 23.560 servidores dos diversos órgãos do Estado.
- Disponibilizar serviços de assistência de saúde a 198.306 beneficiários.
- Realizar 566.055 procedimentos odontológicos, 2.963.326 exames especializados e 847.856 procedimentos fisioterápicos.
- Atender 100% dos órgãos/entidades em suas demandas para as áreas de negócio do Governo dos serviços ofertados pela ETICE.
- Prover conectividade a 100% das sedes e unidades descentralizadas dos órgãos/entidades estaduais e a cobertura do cinturão digital nos 184 municípios.
- Promover a organização, mobilização e logística para realização de 20 oficinas regionais por ano, com fins de consultar 28 mil pessoas da sociedade civil e organizada na elaboração do PPA participativo e regionalizado.
- Assessorar 100% dos órgãos e entidades dos poderes do Estado na definição de resultados e diretrizes e na aplicação das orientações técnico-metodológicas para a elaboração e gestão dos instrumentos de planejamento.
- Reconhecer 40 municípios do Estado que mais avançaram no alcance de indicadores sociais.
- Viabilizar a contratação de 14 operações de crédito, a contratação e o monitoramento de 12 parcerias público-privadas e a realização de 60 contratos de gestão.
- Elaborar um novo plano de Metas Governamentais para os próximos 50 anos.
- Viabilizar a execução de dez projetos de modernização da gestão.
- Reduzir em 30% a tramitação física de processos no Poder Executivo.



- Realizar uma autoavaliação no modelo de excelência de gestão em 100% dos órgãos/entidades da Administração Pública.
- Capacitar 1.000 servidores envolvidos no processo de compras do Estado.
- Aumentar em 40% o valor total das compras e contratações por registro de preços.

Área Temática: Controladoria e Ouvidoria

- Realizar o controle interno preventivo em 64 órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.
- Alcançar o cumprimento de 124 intervenções propostas aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado.

Área Temática: Correição e Disciplina

- Mapear e analisar 100% das sindicâncias instauradas e por instaurar.
- Implantar e equipar sete células regionais de disciplina no interior do Estado.

Área Temática: Essencial à Justiça

- Implantar 100% dos projetos estratégicos, visando a fortalecer a atuação ministerial.
- Aprovar 100% dos projetos apresentados ao Conselho Gestor do Fundo, em consonância com a legislação.

Área temática: Gestão Fiscal

- Modernizar 80% das unidades fazendárias da Capital e do restante do Estado.
- Realizar 90% das inscrições de cadastro de contribuintes em até 72 horas.
- Alcançar índice de satisfação de 95% nas unidades de atendimento presencial.
- Aparelhar 80% das unidades da SEFAZ.
- Capacitar, anualmente, 1.500 servidores públicos.

Área temática: Judiciário

- Implantar o Sistema de Virtualização Judicial nas 184 comarcas do Estado do Ceará.
- Construir 16 unidades judiciárias no Estado do Ceará.



Área temática: Legislativo e Controle Externo

- Realizar assembleias itinerantes anuais nas diversas regiões do Estado.
- Realizar fóruns de políticas públicas através do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos.
- Realizar 260 inspeções e auditorias nos municípios do Estado do Ceará.



VII - GESTÃO DO PPA



GESTÃO DO PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 orienta um conjunto de políticas voltado para o fortalecimento e a consolidação e fortalecimento das mudanças econômicas, sociais e culturais que o Estado do Ceará já experimenta, como compromisso do atual Governo, o qual se respalda na garantia da ética e da efetividade da Administração Estadual, na participação cidadã e no controle social, rompendo com a ineficácia, o descaso e a morosidade na entrega dos bens e serviços à população.

Os programas setoriais integram políticas que se articulam segundo as diretrizes estratégicas de governo, na busca dos resultados que aconteçam, preferencialmente, de modo integrado e intersetorialmente, visando ao atendimento às necessidades da população com vistas às especificidades de cada território cearense.

A efetividade das políticas a serem implementadas requer a formulação e fortalecimento de um modelo de gestão do PPA que possibilite o monitoramento dos objetivos, metas e iniciativas dos programas, essencialmente dos temáticos setoriais, de modo a garantir que se realize a dimensão estratégica do planejamento e da ação governamental.

O monitoramento e avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 são instrumentos fundamentais para balizar a atuação governamental por meio dos programas e projetos adotados, possibilitando o realinhamento das intervenções realizadas, e implicando, cada vez, na renovação das estratégias adotadas para o alcance dos resultados.

O Governo do Estado do Ceará, no âmbito da Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag, já dispõe de instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas e projetos que permitem a tomada de decisões. Dentre esses instrumentos, estão o acompanhamento de resultados estratégicos de governo e setoriais e seus indicadores, além dos sistemas informatizados SIOFweb e WebMapp, que viabilizam o controle físico e financeiro das ações governamentais.

Cumprir destacar, ainda, como mecanismo de monitoramento do Plano, a realização dos fóruns do PPA Participativo, que funcionam como instâncias de controle da sociedade, constituídos de representantes de todas as regiões do Estado, abrangendo entidades e organizações de caráter estadual, regional e temático, representantes dos movimentos sociais, do setor empresarial e, ainda, de universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Para atingir a qualidade desejável na execução e gestão do Plano Plurianual 2012-2015, o Governo do Estado, sob a coordenação da Seplag, aperfeiçoará os mecanismos atuais de monitoramento, de forma a adaptá-los ao acompanhamento sistemático dos novos programas, desenhados em conformidade com a nova metodologia do PPA.

Desse modo, o monitoramento do Plano Plurianual 2012-2015 observará de forma continuada a execução e desempenho de seus programas, de modo a possibilitar a avaliação do Plano, permitindo ao Governo rever suas atitudes e decisões, em prol da eficácia e efetividade das políticas implementadas.



A sistemática de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 será implementada considerando, como premissas:

- as necessidades e peculiaridades de cada política setorial, incluindo a sua regionalização, de forma a permitir abordagens e interpretações realísticas que viabilizem a tomada de decisões;
- o conhecimento acumulado e as lições aprendidas com as experiências de monitoramento e avaliação no setor público em âmbito nacional e internacional;
- a observação das contribuições resultantes dos diálogos com o Governo Federal e sociedade durante o processo de elaboração do PPA;
- o aproveitamento das estruturas de monitoramento e avaliação existentes na Administração, trabalhando na busca de informações complementares; e
- a promoção da sua implantação, de forma progressiva, segundo as prioridades estabelecidas pelo Governo.

A **avaliação** do Plano Plurianual, por sua vez, será realizada em dois períodos - a primeira em 2014 e a segunda em 2016. Serão objetos das avaliações:

- as áreas temáticas correspondentes às áreas finalísticas de governo, tendo como base os seus indicadores de resultados;
- a avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas que fundamentaram a elaboração do Plano;
- os principais programas temáticos setoriais, considerando o cumprimento de metas e iniciativas que contribuíram para o alcance dos objetivos e dos resultados qualitativos alcançados; e
- o cumprimento dos compromissos regionais eleitos por região.

Na avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, poderão ainda ser consideradas de forma complementar, a fim de elucidar o desempenho do Plano e execução dos programas de governo:

- agendas prioritárias de governo que impactem no cumprimento dos objetivos dos programas;
- as restrições sistêmicas à implementação de metas e iniciativas;
- a implementação articulada de políticas complementares, em bases territoriais; e
- a consistência, pertinência e suficiência da estrutura programática.



A sistemática de monitoramento e avaliação do PPA 2012-2015, objetiva, dentre outros:

- **disponibilizar** informações aos gestores públicos, a fim de viabilizar a tomada de decisões em relação às políticas implementadas, por meio dos programas;
- **permitir** à sociedade o conhecimento dos resultados alcançados;
- **dar visão** pública aos agentes envolvidos na implementação das políticas públicas setoriais, sobre o desempenho e execução dos programas e da política setorial, inclusive aqueles envolvidos com a realização de temas transversais ou multissetoriais;
- **atuar** preventivamente em elementos críticos à consecução de metas;
- **realizar** análises setoriais, multissetoriais e regionais da implementação do conjunto das políticas públicas; e
- **dar visibilidade** aos órgãos de controle externo e interno do Governo na execução e desempenho do conjunto das políticas e programas implementados.

Desse modo, o Plano Plurianual 2012-2015 observará de forma continuada a execução e desempenho de seus programas, de modo a permitir a avaliação do Plano, permitindo ao Governo rever suas atitudes e decisões, em prol da eficácia e efetividades das políticas implementadas.

